



RELATÓRIO PRÓ-GESTÃO TRIMESTRAL DE CONTROLE INTERNO

2º TRIMESTRE DE 2024

(ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2024)

**Controladoria Interna Previdenciária do Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos do
Município De Cariacica**



CERTIFICADO

O Instituto Totum declara que:

**Instituto de Previdência Dos Servidores
Públicos do Município de Cariacica - IPC**

Localizado na Av. Edgar Gonçalves, s/n - Campo Grande - Cariacica - ES

cumpriu as exigências estabelecidas no

**Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos
Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do
Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS,**

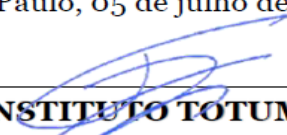
conforme Portaria MPS nº 185/2015, demonstrando ter adotado adequadas práticas
de gestão previdenciária relativas a Controles Internos, Governança Corporativa e
Educação Previdenciária.

Certificado nº: **260-22**

Nível de Aderência da Certificação: **III (Recertificação)**

Este certificado é válido até **05 de julho de 2025**

São Paulo, 05 de julho de 2022.


INSTITUTO TOTUM

Av. Paulista, 2439 - 13º andar - Cj. 132
Consolação - São Paulo/SP - Brasil



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. DA DIMENSÃO DE CONTROLES INTERNOS.....	6
2.1 Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS.....	6
2.2 Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS.....	8
2.3 Certificação dos Dirigentes, Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos.....	10
2.4 Estrutura do Controle Interno.....	12
2.5 Política de Segurança da Informação.....	13
2.6 Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas.....	15
3. DA DIMENSÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	17
3.1 Relatório de Governança Corporativa.....	18
3.2 Planejamento.....	20
3.3 Relatório de Gestão Atuarial.....	20
3.4 Código de Ética da Instituição.....	21
3.5 Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor.....	22
3.6 Políticas de Investimento.....	26
3.7 Comitê de Investimento.....	29
3.8 Transparência.....	29
3.9 Definição de Limites de Alçadas.....	33
3.10 Segregação de Atividades.....	34
3.11 Ouvidoria.....	36
3.12 Diretoria Executiva.....	36

3.13 Conselho Fiscal.....	38
3.14 Conselho Deliberativo.....	40
3.15 Mandato, Representação e Recondução.....	42
3.16 Gestão de Pessoas.....	44
4. DA DIMENSÃO DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	45
4.1 Plano de Ação de Capacitação.....	45
4.2 Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade.....	51
5. CONCLUSÃO.....	55
6. RECOMENDAÇÕES.....	59

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS – foi instituído com a finalidade de incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária através de uma perspectiva sistêmica, visando a um maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

Em 15 de maio de 2015, pela Portaria MPS nº 185/2015, o programa foi criado, delegando-se à Secretaria de Políticas de Previdência Social a função de construir e publicar o Manual do Pró-Gestão RPPS. Após a vigência e aprimoramento de algumas versões, a Portaria SRPC/MPS nº 79, de 15/01/2024, publicada no DOU do dia 17/01/2024, Seção 1, com vigência a partir do dia 17 de janeiro de 2024, autorizou a divulgação da versão atual: 3.5 do Manual do Pró-Gestão RPPS.

Conforme previsão no parágrafo 1º do artigo 236 da Portaria MTP nº 1467/2022, a adesão ao Pró-Gestão RPPS é facultativa, tendo ocorrido, no município de Cariacica, em 18 de julho de 2018, com a certificação inicial concedida em 10 de maio de 2019¹.

A certificação institucional em comento é concedida ao ente que cumpra determinadas ações nas dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, sendo classificada em 4 (quatro) níveis de aderência cujo prazo de validade é de 3 (três) anos.

Em âmbito municipal, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica conquistou o nível de aderência III, que conta com requisitos específicos estabelecidos no manual e que serão o objeto principal de análise deste relatório do Controle Interno, cuja elaboração trimestral é inclusive um dos requisitos exigidos pelo nível III.

¹ Conforme relatório disponível em <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional/PROGESTAORELAOENTES140620231.pdf>

2. DA DIMENSÃO DE CONTROLES INTERNOS

O Manual Pró-Gestão RPPS versão 3.5, à fl. 24, prevê detalhadamente as ações relacionadas à dimensão de Controles Internos, quais sejam:

QUADRO 1 – AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS
1.1-Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS
1.2- Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS
1.3- Certificação dos Dirigentes, Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos
1.4-Estrutura do Controle Interno
1.5- Política de Segurança da Informação
1.6- Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas

Considerando que o Manual aborda cada um desses pontos em apartado, com a previsão de determinados requisitos para o nível III, apresentar-se-á, na sequência, a análise individualizada dos mesmos.

2.1 Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS

DEFINIÇÃO
“O mapeamento e a modelagem de processos são ferramentas gerenciais que permitem à organização conhecer e compreender os processos de negócio por ela executados, os processos futuros a serem desenvolvidos, identificar informações, passos, responsáveis, fraquezas e potencialidades, construir indicadores de desempenho e aumentar sua eficácia e eficiência com a melhoria do nível de qualidade dos produtos e serviços e do nível de satisfação do cliente. [...] Para se desenvolver o mapeamento é necessário determinar o processo que será mapeado, a ferramenta a ser utilizada, o nível de detalhamento que se pretende alcançar e, ao final, realizar a verificação e validação do mapa do processo, para se certificar de que ele foi corretamente construído e representa de forma adequada o processo objeto do mapeamento”. (Capítulo 1.4.3 do Manual Pró-Gestão RPPS Versão 3.5)

Em tópico que aborda o tema – 3.1.1 -, o Manual afirma que: “O diagnóstico sobre a organização deve ser feito a partir do reconhecimento e mapeamento dos processos executados e não somente pelos resultados obtidos. Os gestores devem ter uma visão

sistêmica e abrangente da organização, por isso, como primeiro passo, é necessário que sejam mapeados os seus processos e atividades”.

No que se refere ao nível III, os processos executados que foram reconhecidos e mapeados, analisando a conformidade com o requerido são:

-Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios)²: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-F/2014; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-E/2014; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-C/2014; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-B/2014³; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-A/2014⁴; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP.07.1/2022; MANUAL DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS.

-Arrecadação (cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos): INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SAR-01.1/2022⁵.

-Compensação Previdenciária (envio e análise de requerimentos de compensação previdenciária)⁶: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-05-A/2021; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-05-B/2021.

-Investimentos (elaboração e aprovação da política de investimentos, credenciamento de instituições financeiras e análise de riscos da carteira de investimentos e de autorização para aplicação ou resgate)⁷: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SIV.01.1/2022; MANUAL DE CADASTRAMENTO DE INSTITUIÇÕES ADMINISTRADORAS E GESTORAS DE RECURSOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS Versão 3.0; MANUAL DE ANÁLISE DE RISCO DE INVESTIMENTOS Versão 1.0; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SIV.02.1/2022.

-Atendimento (atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico e ouvidoria):

PENDENTES DE ELABORAÇÃO

² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2149>

³ Falta atualizar conforme observação feita no Relatório Trimestral do 4º Trimestre de 2023

⁴ Falta atualizar conforme observação feita no Relatório Trimestral do 4º Trimestre de 2023

⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2146>

⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2150>

⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2152>

-Financeira (tesouraria, orçamento e contabilidade): INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SFI - 01.2/2014 (CONTROLE DA RECEITA E DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS - IPC)⁸; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-01.1-A (REGISTRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA – RECEITA)⁹; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-01.1-B – REGISTRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA – DESPESA¹⁰; INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 02.2 (ESTABELECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - IPC)¹¹; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO 02.1 - GERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO IPC¹²; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-04.1-A (ENVIO DO DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSE - DIPR - IPC)¹³; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-04.1-B (ENVIO DA DECLARAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS – DCTF - IPC)¹⁴; INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 03.2 (CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO - IPC)¹⁵.

2.2 Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS

DEFINIÇÃO
“A manualização, também conhecida como padronização ou normalização, é a introdução de normas e padrões nos processos, de acordo com padrões de conformidade, sejam normas técnicas, requisitos legais ou de qualidade, na produção de um bem ou serviço. A manualização tem como objetivo aprimorar os processos e pode estabelecer normas para procedimentos, fixar classificações ou terminologias e mesmo definir a maneira de medir ou determinar as características de um produto ou serviço”. (Capítulo 1.4.4 do Manual Pró-Gestão RPPS Versão 3.5)

A partir do conceito de manualização, é possível indicar as áreas selecionadas no Manual que devem passar por esse processo, tendo procedimentos padronizados de execução, desempenho, qualidade e reprodutividade:

-Benefícios (análise da concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha

⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1886/HIDQsJybsHZvu5WY3bQZikjtEyHS6Y74.pdf>

⁹ Disponível em https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1880/n3LsO2Y8tkJGSrQviTTzm6yMRgr9o_Q.pdf

¹⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1881/wLWJI8oYt4sg859L8q5F1aiOobMADEHr.pdf>

¹¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1887/ozBJMGwraPwx8BBzJfmvEo2NiqCPHxgH.pdf>

¹² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1882/2lXuPM4HeDrhYJfxRIBf6bX-TLgGHlyO.pdf>

¹³ Disponível em

<https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1883/t2v11eNYAeHGfMDsanrhXcuUXRnBP6GD.pdf>

¹⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1884/TCDY1Exy-NmIldi078ipQMI-UZcCUVi6.pdf>

¹⁵ Disponível em https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1888/yNnjeZn9D_3kZ76m_OWJgKslbYfY29YO.pdf

de pagamento de benefícios)¹⁶: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-F/2014; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-E/2014; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-C/2014; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-B/2014¹⁷; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-A/2014¹⁸; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP.07.1/2022; MANUAL DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS.

-Arrecadação (cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos): INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SAR-01.1/2022¹⁹.

-Compensação Previdenciária (envio e análise de requerimentos de compensação previdenciária)²⁰----- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-05-A/2021;
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-05-B/2021.

-Investimentos (elaboração e aprovação da política de investimentos, credenciamento de instituições financeiras e análise de riscos da carteira de investimentos e de autorização para aplicação ou resgate)²¹-----INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SIV.01.1/2022;
MANUAL DE CADASTRAMENTO DE INSTITUIÇÕES ADMINISTRADORAS E GESTORAS DE RECURSOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS Versão 3.0;
MANUAL DE ANÁLISE DE RISCO DE INVESTIMENTOS Versão 1.0;
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SIV.02.1/2022.

-Atendimento (atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico e ouvidoria)

-----PENDENTES DE ELABORAÇÃO

-Financeira (tesouraria, orçamento e contabilidade)-----
-----INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SFI - 01.2/2014 (CONTROLE DA RECEITA E DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS - IPC)²²; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-01.1-A (REGISTRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA – RECEITA)²³; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-01.1-B – REGISTRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA – DESPESA²⁴; INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 02.2 (ESTABELECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - IPC)²⁵; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO 02.1 - GERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO IPC²⁶; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-04.1-A (ENVIO DO DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSE

¹⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2149>

¹⁷ Falta atualizar conforme observação feita no Relatório Trimestral do 4º Trimestre de 2023.

¹⁸ Falta atualizar conforme observação feita no Relatório Trimestral do 4º Trimestre de 2023.

¹⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2146>

²⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2150>

²¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2152>

²² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1886/HIDQsJybsHZvu5WY3bQZikjtEyHS6Y74.pdf>

²³ Disponível em https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1880/n3LsO2Y8tkJGSrQviTTzm6yMRgr9o_Q.pdf

²⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1881/wLWJl8oYt4sg859L8q5F1aiOobMADEHr.pdf>

²⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1887/ozBJMgwraPwx8BBzJfmvEo2NiqCPHxgH.pdf>

²⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1882/2IxuPM4HeDrhYJfxRIBf6bX-TLgGhlyO.pdf>

- DIPR - IPC)²⁷; INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO-04.1-B (ENVIO DA DECLARAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS – DCTF - IPC)²⁸; INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 03.2 (CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO - IPC)²⁹.

2.3 Certificação dos Dirigentes, Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos

Para o Nível III, é exigido que os dirigentes do órgão ou unidade gestora do RPPS, assim considerados o representante legal do órgão ou entidade gestora e a maioria dos demais diretores, a maioria dos membros titulares do conselho deliberativo, a maioria dos membros titulares do conselho fiscal, o responsável pela gestão das aplicações dos recursos e a totalidade dos membros titulares do comitê de investimentos deverão possuir a certificação correspondente, nos níveis básico, intermediário ou avançado, conforme definido no item 3 do Manual da Certificação dos Dirigentes e Conselheiros, considerando o porte do RPPS e o volume de recursos. Não obstante, a partir da data 31 de julho de 2024, conforme art. 247, §9º, incisos II e III, com redação dada pela Portaria MPS nº 1.499/2024 – que alterou a Portaria MTP nº 1.467/2022- , será exigível:

- “a) para a maioria dos dirigentes da unidade gestora de que trata o inciso VII do caput do art. 2º, incluindo, obrigatoriamente, o seu representante legal ou detentor da autoridade mais elevada, em 31 de julho de cada exercício, independentemente da data da nomeação no respectivo cargo ou função, a iniciar-se em 2024;
- b) para um terço dos membros titulares do conselho deliberativo e do conselho fiscal, até 31 de dezembro de 2025, e para sua maioria a partir desta data, em 31 de julho de cada exercício, independentemente da data de sua posse, a iniciar-se em 2024;
- c) para a maioria dos membros titulares do comitê de investimentos, até 31 de dezembro de 2025, e para a sua totalidade a partir desta data, quando informada sua posse no respectivo comitê, exceto na situação de que trata o art. 280; e
- d) para o responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS, quando informada sua nomeação no respectivo cargo ou função; e

²⁷ Disponível em

<https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1883/t2v11eNYAeHGfMDsanrhXcuUXRnBP6GD.pdf>

²⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1884/TCDY1Exy-NmIIdi078ipQMI-UZcCUVi6.pdf>

²⁹ Disponível em

https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/1888/yNnjeZn9D_3kZ76m_OWjgKslbYEEY29YO.pdf

III - os requisitos previstos nos incisos III e IV do caput do art. 76, para todos os dirigentes da unidade gestora e o responsável pela gestão das aplicações dos recursos, quando informada sua nomeação no respectivo cargo ou função”.

Situação encontrada

RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

- Juliana de Lima Silva Rodrigues – Certificação dos dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS Nível: Básico (CP RPPS DIRIG I) até 17/05/2027; e Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS Nível: Básico (CP RPPS CGINV I) até 16/11/2027. (DIRETORA-PRESIDENTE)

MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

- Rodrigo Garcia Giori – Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do Comitê de Investimentos do RPPS Nível Básico (CP RPPS CGINV I) até 26/04/2027.

- Juliana de Lima Silva Rodrigues – Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS Nível: Básico (CP RPPS CGINV I) até 16/11/2027.

- Eliane Santana Tavares – Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do Comitê de Investimentos do RPPS Nível Básico (CP RPPS CGINV I) até 04/04/2027.

- Ingrid Machado Costa – Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do Comitê de Investimentos do RPPS Nível Básico (CP RPPS CGINV I) até 25/04/2028.

- Jhawa Memelli de Moura – Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do Comitê de Investimentos do RPPS Nível Básico (CP RPPS CGINV I) até 10/11/2026.

- Raissa Mombrini Portela Milfont - Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do Comitê de Investimentos do RPPS Nível Básico (CP RPPS CGINV I) até 19/09/2027.

2.4 Estrutura de Controle Interno

Os requisitos da estrutura de controle interno no Nível III do Pró-Gestão são:

“Nível III: Existência na estrutura organizacional da unidade gestora do RPPS, de área específica de controle interno ou, alternativamente, dispor de pelo menos 1 (um) servidor (efetivo ou comissionado) do sistema de controle interno do ente para atuar no RPPS, com emissão de relatório trimestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas. Deverão ser capacitados em controle interno pelo menos 3 (três) servidores da unidade gestora do RPPS, sendo 1 (um) servidor da área de controle interno, 1 (um) membro do Comitê de Investimentos e (1) um membro do Conselho Fiscal”.

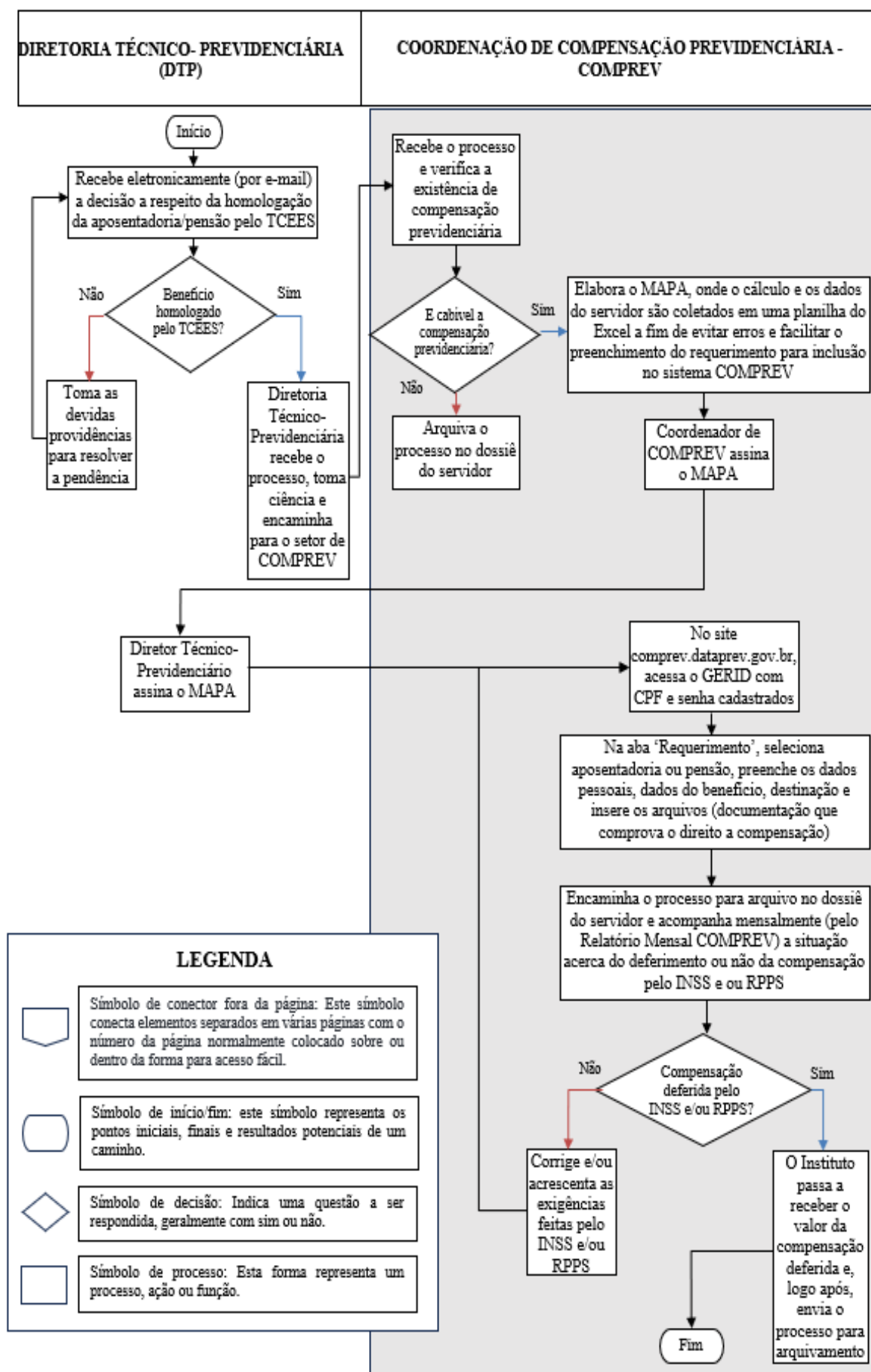
Situação encontrada

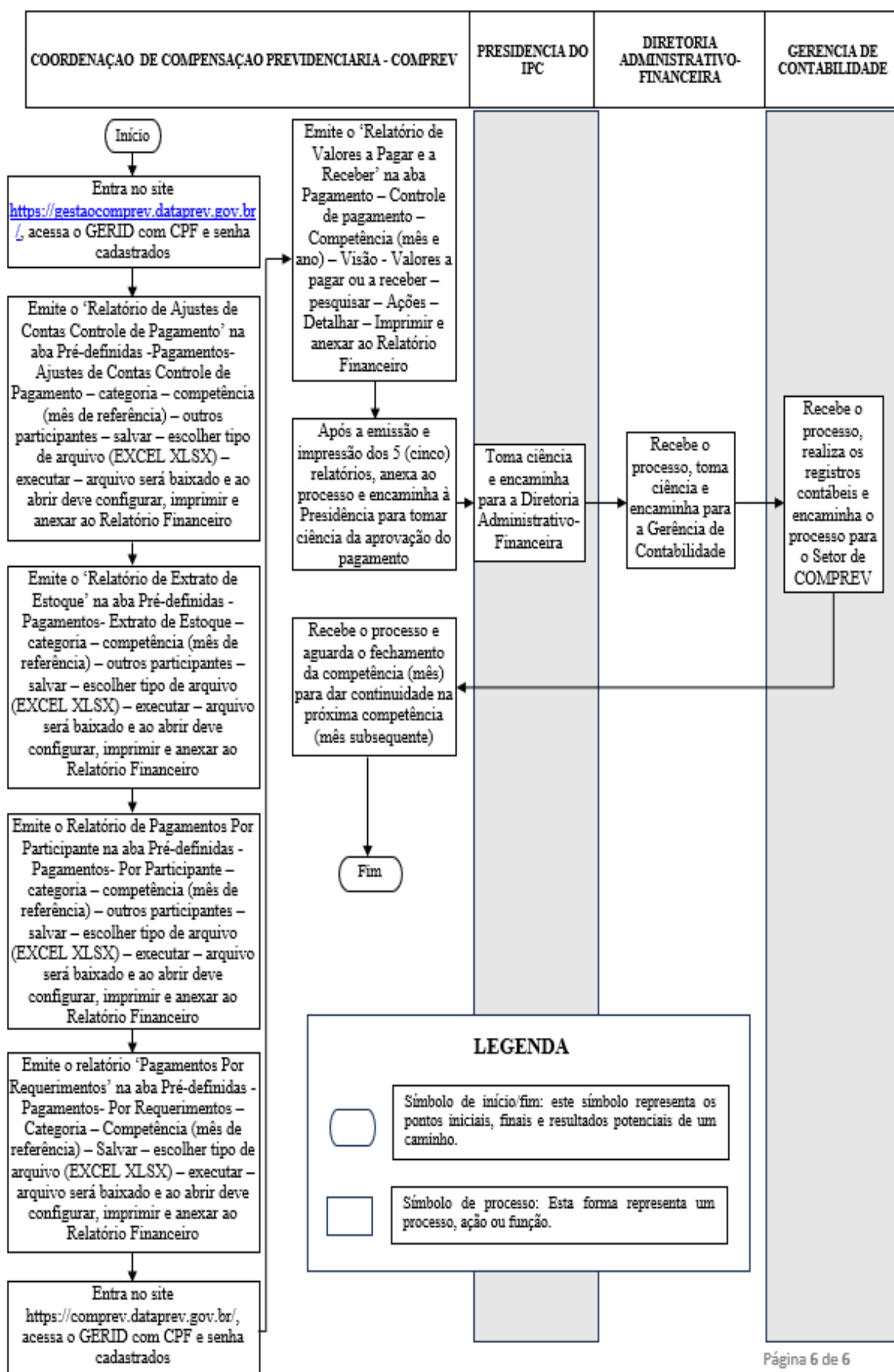
Há, na estrutura organizacional do IPC, área específica de controle interno, que emite relatório trimestral e conta com 01(um) servidora efetiva no cargo de Controlador Interno Previdenciário. O presente relatório trimestral, por sua vez, está em construção nos padrões requeridos pelo Manual Pró-Gestão RPPS Versão 3.5, devendo atestar a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo IPC para implementar as ações não atendidas. A última auditoria de certificação tem seu relatório datado em 13 de dezembro de 2023 e recomendou que as atribuições do Conselho Fiscal estejam previstas na Lei Complementar nº 028/2009. No entanto, verificando essa normativa, constata-se que existe a previsão do que compete ao Conselho Fiscal no artigo 88. Dessa forma, como o relatório de auditoria não foi mais específico, não há como recomendar quais atribuições devem ser acrescentadas na lei em vigor.

No que se refere à verificação de conformidade das áreas mapeadas e manualizadas, para o presente relatório foram selecionadas as Instruções Normativas SPP nº 05-A/2021 e SPP nº 05-B/2021.

O setor responsável pela elaboração das instruções (Coordenação de COMPREV) detectou a necessidade de atualização destas mesmo antes do procedimento de auditoria. Considerando esse fato, esta Controladoria preferiu por acompanhar o processo de feitura das novas versões das instruções, o que está em andamento.

Após algumas conversas com o setor, chegou-se aos seguintes fluxogramas para as Instruções Normativas SPP nº 05-A/2021 e SPP nº 05-B/2021, respectivamente:





2.5 Política de Segurança da Informação

A premissa de regularidade prevista para a Política de Segurança da Informação é a sua publicação na internet e o atendimento aos seguintes requisitos: abranger todos os servidores e prestadores de serviço que acessem informações do RPPS, indicando a responsabilidade de cada um quanto à segurança da informação; indicar regras normativas quanto ao uso da Internet, do correio eletrônico e dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS; definir procedimentos de contingência, que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso (físico e lógico) e a área responsável por elas, estando esses procedimentos mapeados e manualizados. E, por fim, contar com servidor ou área de Gestão da Segurança da Informação, no âmbito do ente federativo ou do RPPS, com a responsabilidade de:

- a) Prover todas as informações de Gestão de Segurança da Informação solicitadas pela Diretoria Executiva.
- b) Prover ampla divulgação da Política e das Normas de Segurança da Informação para todos os servidores e prestadores de serviços.
- c) Promover ações de conscientização sobre Segurança da Informação para os servidores e prestadores de serviços.
- d) Propor projetos e iniciativas relacionados ao aperfeiçoamento da segurança da informação.
- e) Elaborar e manter política de classificação da informação, com temporalidade para guarda. No caso de inexistência de Arquivo Público para execução dos instrumentos de gestão documental, mediante plano de classificação e tabela de temporalidade, o requisito poderá ser atendido com a existência de servidor, no âmbito do ente federativo ou do RPPS, para apoiar as ações de classificação da informação e o tempo de sua guarda.

Situação encontrada

A Política de Segurança da Informação, no âmbito da Administração Municipal, foi instituída pelo Decreto nº 157, de 21 de novembro de

2017³⁰. O IPC, por sua vez, celebrou Termo de Cooperação Técnica com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação. A seguir, é feita a apreciação acerca da compatibilidade do Decreto com os requisitos citados no Manual Pró-Gestão RPPS Versão 3.5.

- **Parte 1 “abranger todos os servidores e prestadores de serviço que acessem informações do RPPS(...).”** O artigo 4º trata da especificação sobre quem são os usuários dos recursos de Tecnologia da Informação, expostos a seguir: “prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, servidores efetivos, cargos em comissão, contratados, estagiários e outros prestadores de serviço e demais colaboradores, de acordo com as necessidades do serviço”.

- **Parte 2 “(...)indicando a responsabilidade de cada um quanto à segurança da informação;(...).”** O Decreto trata sobre o tema de forma esparsa, e o artigo 8º o faz afirmando que:

“Art. 8º Os ativos da informação devem ser protegidos adequadamente, contra ameaças externas e internas.

§ 1º - O uso de ativo de informação que não guarde relação com o exercício do cargo, função, emprego ou atividade pública será considerado indevido e passível de imediato bloqueio de acesso, sem prejuízo da apuração da responsabilidade administrativa, penal e civil.

§ 2º - O acesso de prestadores de serviços aos ativos da informação, devem ser estabelecidas contratualmente para que se assegure o cumprimento das diretrizes de segurança da informação previstas neste decreto, bem como em legislações vigentes”.

- **Parte 3 “(...) indicar regras normativas quanto ao uso da Internet,(...)”** O Capítulo ‘Do Uso da Internet’, que engloba os artigos 31 a 34 do Decreto, aborda esse ponto.

- **Parte 4 “(...) do correio eletrônico e dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS; (...).”** O Capítulo ‘Do Uso do E-mail Institucional’, que engloba os artigos 21 a 24 do Decreto, aborda regras quanto ao uso do correio eletrônico; e os capítulos ‘Do Uso e Aquisição dos Equipamentos de Informática’ e ‘Do Uso e Aquisição de Softwares’, que vão do artigo 25 ao 30, compreendem as normas no que se refere ao uso dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS.

- **Parte 5 “(...) definir procedimentos de contingência, que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados,(...)”** O artigo 19 do Decreto trata sobre procedimentos de contingência, afirmando que “As informações da Administração devem ser armazenadas em cópia salvaguarda, por meio de mecanismos que sejam capazes de garantir a Disponibilidade, Integridade e Confidencialidade”. Os artigos 11, § 2º e 12, § 3º também definem outros procedimentos.

- **Parte 6 “(...)o controle de acesso (físico e lógico) e a área responsável por elas, estando esses procedimentos mapeados e manualizados.”** Capítulo ‘Do Controle de Acesso Físico’ artigo 10; e controle de acesso lógico está no artigo 4º, § 4º do Decreto. Mapeamento e manualização: INSTRUÇÃO

³⁰ Disponível em

<http://www.legislacaocompilada.com.br/cariacica/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1572017.html>

NORMATIVA Nº STI-01.A/2015³¹; INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº STI-01.C/2022³²; Manual de Controle de Acesso Físico³³.

-Parte 7 “E, por fim, contar com servidor ou área de Gestão da Segurança da Informação, no âmbito do ente federativo ou do RPPS, com a responsabilidade de...” Essa área, no âmbito do ente federativo, é a Subsecretaria de Tecnologia da Informação (SUB-TI), que consta no Termo de Cooperação Técnica nº 028/2021³⁴.

O IPC promoveu ampla divulgação da Política e das Normas de Segurança da Informação para todos os servidores e prestadores de serviços no dia 19 (dezenove) de maio de 2023³⁵, que também tratou de ações de conscientização sobre Segurança da Informação³⁶.

No dia 17 (dezessete) de maio de 2024, o IPC convidou um servidor da Prefeitura Municipal de Cariacica a fim de conduzir a palestra “Segurança da Informação”.

No que se refere à proposição de projetos e iniciativas relacionados ao aperfeiçoamento da segurança da informação, e à elaboração e manutenção de política de classificação da informação, com temporalidade para guarda; a servidora ocupante do cargo de analista previdenciário-especialidade arquivista está em fase de análise estrutural do Instituto e formulação do plano de classificação e da tabela de temporalidade.

2.6 Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas

A atualização constante da base de dados cadastrais é de considerável relevância por possibilitar ao ente maior controle da massa de seus segurados e garantir avaliações atuariais compatíveis à realidade. A construção da base de dados cadastrais deve ser estrutura

³¹ Disponível em <https://transparencia.cariacica.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?ArquivoId=3339>

³² Disponível em <https://transparencia.cariacica.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?ArquivoId=3341>.

³³ Em arquivo interno.

³⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/33>

³⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/194/servidores-participam-de-capacitacao-sobre-politica-de-seguranca-da-informacao>

³⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/195/equipe-ipc-recebe-capacitacao-sobre-gestao-de-documentos-e-informacao>

compatível com o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, observados as resoluções e manuais aprovados pelo Comitê Gestor, de modo a possibilitar a formação do sistema integrado de dados dos servidores públicos previsto no artigo 12 da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Os requisitos para o Nível III são:

Censo previdenciário, no mínimo, a cada 5 (cinco) anos para aposentados pensionistas e servidores ativos e Prova de Vida Anual para os aposentados e pensionistas ou comprovação de utilização do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC. O censo previdenciário será considerado efetivo para atendimento dos requisitos desse programa se atingir as taxas mínimas de comparecimento de 80% para os aposentados, pensionistas e servidores ativos;

Atualização cadastral dos servidores ativos, no mínimo, a cada 3 (três) anos, ou comprovar, por meio de instrumento legal, a política de recenseamento na qual estejam estabelecidos critérios, padrões e previsão de periodicidade mínima de 3 (três) anos para o procedimento de atualização cadastral dos servidores ativos, bem como estabelecer por meio de instrumento legal a política de recenseamento, na qual estejam estabelecidos critérios, padrões e periodicidade para o processo de recenseamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Situação encontrada

A Lei Complementar Municipal nº 28, de 30 de dezembro de 2009 (Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cariacica e dá outras providências), em seu artigo 5º-A, § 3º, incisos II e III, prevê o recenseamento previdenciário dos aposentados e pensionistas a cada 02 (dois) anos, assim como o recenseamento dos servidores ativos a cada 04 (quatro) anos.

De forma regulamentar, a Portaria nº 19/2021 foi publicada com o intuito de disciplinar o recenseamento previdenciário efetuado em 2021 direcionado

aos segurados participantes obrigatórios, ocupantes de cargos efetivos na administração direta e indireta e do poder legislativo municipal. Conforme a periodicidade prevista legalmente, o próximo evento dessa natureza deverá ocorrer no ano de 2025.

No que se refere ao recenseamento dos aposentados e pensionistas, como o último ocorreu em 2021 (Portarias nº 29/2021), era necessário um novo processo no ano de 2023, e assim foi feito (Portaria 038/2023³⁷), através do qual aqueles que não compareceram tiveram seus benefícios suspensos até que fizessem o recenseamento³⁸.

A respeito da Prova de Vida Anual para os aposentados e pensionistas (ou comprovação de utilização do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC), o § 3º do artigo 5-A da Lei Complementar Municipal nº 28/2009 afirma que a Política de Recenseamento Previdenciário e seus programas serão realizados em ciclos de periodicidade a ser definido por meio de Portaria do Presidente do IPC, cuja edição se dará até o mês de fevereiro do ano de sua execução. Neste ano de 2024, a portaria que faz referência à Prova de Vida Anual é a PORTARIA/IPC/GP Nº 112/2024.

3. DA DIMENSÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

QUADRO 2 – AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA
2.1- Relatório de Governança Corporativa
2.2- Planejamento
2.3- Relatório de Gestão Atuarial

³⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/204/agendamento-do-recenseamento-previdenciario-2023-esta-aberto>.

³⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/227/ipc-divulga-lista-de-beneficiarios-que-estao-com-pagamento-suspenso>

2.4- Código de Ética
2.5- Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor e Revisão de Aposentadoria por Incapacidade
2.6- Política de Investimentos
2.7- Comitê de Investimentos
2.8- Transparência
2.9- Definição de Limites de Alçadas
2.10- Segregação das atividades
2.11- Ouvidoria
2.12- Diretoria Executiva
2.13- Conselho Fiscal
2.14- Conselho Deliberativo
2.15- Mandato, Representação e Recondução
2.16- Gestão de Pessoas

3.1 Relatório de Governança Corporativa

É responsabilidade da unidade gestora do RPPS a disponibilização periódica, em seu site, do Relatório de Governança Corporativa, instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, que deverá ser previamente submetido à análise e aprovação do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

Suas especificações, para o Nível III, são as seguintes:

- a) Dados dos segurados, receitas e despesas: Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas, resumo das folhas de pagamentos, valor da arrecadação de contribuições e outras receitas, valor do pagamento de benefícios e outras despesas.
- b) Evolução da situação atuarial: Custo previdenciário total, evolução quantitativa e qualitativa

dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.

c) Gestão de investimentos: Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos.

d) Publicação das atividades dos órgãos colegiados: Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

e) Atividades institucionais: Gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento do custeio e contratos, controles internos, imagem institucional, cumprimento de decisões judiciais ou declaração de inexistência de responsabilidade de cumprimento de decisão judicial diretamente pela unidade gestora do RPPS, e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.

f) Canais de atendimento: Estatísticas dos canais de atendimento disponibilizados aos segurados, tais como ouvidoria própria ou do ente federativo, agências, postos de atendimento, atendimento agendado.

g) Periodicidade semestral, contemplando pelo menos as informações referidas em todas as alíneas acima.

Situação encontrada

O Relatório de Governança Corporativa do 2º Semestre de 2023 está disponível no site em Governança Corporativa -> Relatório de Governança Corporativa.

3.2 Planejamento

O Plano de Ação ou Planejamento Estratégico do RPPS deve possuir ampla divulgação, abrangendo as suas principais diretrizes, bem como os resultados de sua análise qualitativa. Para o Nível III, exige-se a elaboração e publicação, no site do RPPS, do Planejamento Estratégico para o período de 5 (cinco) anos, com revisão anual.

Situação encontrada

O Planejamento Estratégico do IPC é referente ao período de 5 (cinco) anos – 2019 a 2023 - e está revisado, com publicação em 03 de maio de 2023 e divulgação no site do Instituto³⁹. No entanto, o Planejamento Estratégico referente aos anos de 2024-2028 ainda não foi divulgado.

3.3 Relatório de Gestão Atuarial

O Relatório de Gestão Atuarial é um relevante instrumento de monitoramento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e de gerenciamento do RPPS. Para o Nível III, o mesmo deve ser elaborado contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas; e, adicionalmente, o estudo técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras do plano de benefícios dos RPPS, que deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e, obrigatoriamente, embasar as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, conforme previsto no art. 15 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018.

Situação encontrada

O Relatório de Avaliação Atuarial-Base 2023 consta em arquivo interno e no site⁴⁰, assim como o Relatório de Gestão Atuarial – Base 2023⁴¹. O Estudo Técnico de Aderência de 2021⁴² encontra-se no site.

Vale recordar a periodicidade de elaboração do Estudo Técnico de Aderência, também conhecido como Relatório de Análise das Hipóteses, é regulamentada pelo artigo 32 da Portaria MTP nº 1.467/2022:

“Art. 32. O Relatório de Análise das Hipóteses deverá ser elaborado, no

³⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/225/planejamento-estrategico-2023-revisado>

⁴⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/383/relatorio-de-gestao-atuarial-base-2023>

⁴¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/383/relatorio-de-gestao-atuarial-base-2023>

⁴² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/66>.

mínimo, a cada 4 (quatro) anos e conter as assinaturas do profissional responsável pelo estudo e do dirigente da unidade gestora.

§ 1º A necessidade de elaboração do Relatório de Análise das Hipóteses em prazo inferior ao previsto no caput deverá ser avaliada pelos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS bem como pelo atuário habilitado responsável pelas avaliações atuariais do regime.

§ 2º O Relatório de Análise das Hipóteses deverá ser encaminhado à SPREV por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - Cadprev na forma de documento digitalizado, como anexo ao Relatório da Avaliação Atuarial referente ao exercício posterior ao de sua elaboração, devendo compor o mesmo arquivo digitalizado”. (grifo nosso)

3.4 Código de Ética

Por intermédio do Código de Ética, é possível conhecer a missão, a visão, os princípios e os valores cultivados pelo RPPS, além de sua função na sociedade. Para tanto, o mesmo precisa ser disponibilizado no site e levado ao conhecimento dos seus servidores, dos segurados e de partes relacionadas. Os requisitos para tanto são a divulgação do Código aos servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos membros dos órgãos colegiados e partes relacionadas (fornecedores, prestadores de serviço, agentes financeiros e outros). E, adicionalmente, a elaboração do Código e promoção de ações de capacitação relativas ao seu conteúdo com os servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas) e membros dos órgãos colegiados.

Situação encontrada

O Código de Ética do IPC existe e está disponibilizado no site através do caminho: Governança Corporativa -> Gestão de Investimentos -> Código de Ética⁴³.

Em 2022, foram promovidas ações de capacitação sobre o tema. No dia 26 de maio de 2022, o IPC ministrou ao Conselho Fiscal a palestra “O Código de Ética e suas Aplicações”⁴⁴. Essa mesma palestra foi ofertada aos servidores e prestadores de serviço do IPC no dia 20 de maio de 2022⁴⁵.

⁴³ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/12>

⁴⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/38/conselho-fiscal-participa-de-palestra-o-codigo-de-etica-e-suas-aplicacoes>

⁴⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/46/o-codigo-de-etica-e-suas-aplicacoes-e-tema-de-capitacao-para-servidores>

No ano de 2023, o Código de Ética passou por revisão, foi submetido à aprovação do Conselho Administrativo e apresentado aos servidores do IPC no dia 04 (quatro) de agosto⁴⁶. O documento está publicado - alterado pela Portaria 77/2023 - no site do IPC para que possa ser consultado por servidores e beneficiários.

3.5 Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor e Revisão de Aposentadoria por Incapacidade

Há a necessidade de implantação de controles e documentos obrigatórios requeridos para eventual futura concessão de aposentadoria por incapacidade permanente e de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, sempre que possível buscando adotar medidas protetivas que eliminem ou minimizem as situações de risco que geram o direito à concessão desse benefício.

As exigências para o Nível III são implantar ações isoladas em saúde do servidor, que contemplem:

- a) Realizar exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público, como requisito para posse e nomeação.
- b) Manter o serviço de perícia médica na unidade gestora do RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização.
- c) Realizar ações educativas para redução dos acidentes de trabalho.
- d) Realizar periodicamente, no prazo máximo de 04 (quatro) anos, a revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício, sendo aplicável a sua dispensa em situações específicas previstas em lei do ente.
- e) Implantar as ações preparatórias em saúde do servidor, que contemplem (Para comprovação do cumprimento das ações preparatórias da saúde do servidor no que se refere as alíneas “a” e “b” para o nível III, deverão ser apresentadas evidências a exemplo de: a) criação de Comissão Interinstitucional; b) realização de reuniões registradas em atas; c) minutas ou estudos preparatórios para elaboração da legislação; d) elaboração de plano de

⁴⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/224/novo-codigo-de-etica-e-apresentado-aos-servidores-do-ipc>

ação contendo as etapas de implantação do LTCAT e PPP):

- a) Elaborar Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT.
- b) Elaborar e fornecer Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP atualizado aos servidores que trabalhem em ambientes com exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.
- c) Realizar periodicamente, no prazo máximo de 03 (três) anos, a revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício, sendo aplicável a sua dispensa em situações específicas previstas em lei do ente.

Situação encontrada

A respeito da realização de exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público, como requisito para posse e nomeação, é possível confirmar tal prática por intermédio dos editais de concursos públicos realizados pelo Município de Cariacica e das nomeações por portaria no Diário Oficial do Município, que solicitam em anexo uma série de exames médicos.

Em relação à manutenção do serviço de perícia médica na unidade gestora do RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização, segue a relação dos prestadores e seus respectivos vínculos:

Nome	Vínculo
PATRICIA BINDA	SERVIDOR EFETIVO
WILSON ROCHA BARBOSA	SERVIDOR EFETIVO
EDSON JOSÉ DA COSTA MORAES	CEDIDO DA PREFEITURA DE CARIACICA
LÍGIA BORGES SILVA	SERVIDOR EFETIVO
ERIKA PEREIRA COSTA VASSOLER	SERVIDOR EFETIVO

No que se refere à realização de atividades educativas para redução dos

acidentes de trabalho, foi promovida uma palestra no dia 08 de julho de 2022⁴⁷ sobre “Cuidados Básicos no Trabalho – Redução de Acidentes de Trabalho”. A ação faz parte do Programa de Educação Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica (IPC). O técnico em Segurança do Trabalho, da Secretaria de Gestão da Prefeitura de Cariacica, Everaldo Silva do Carmo, explicou sobre a importância de um ambiente de trabalho em conformidade com as Instruções Normativas (IN) da Consolidação das Leis do Trabalho.

No dia 28 de abril de 2023, uma nova atividade educativa em forma de palestra foi organizada pela Coordenação de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, da Secretaria Municipal de Governo e Recursos Humanos (Semgo) de Cariacica. Logo na abertura do evento, o técnico em Segurança do Trabalho, Everaldo Silva do Carmo, lembrou sobre a importância da palavra prevenção, quando a segurança está em discussão⁴⁸.

No dia 26 de abril de 2024, no Mês de Conscientização Pela Saúde e Segurança no Ambiente de Trabalho, o servidor Everaldo Silva do Carmo – Técnico em Segurança do Trabalho/PMC – ministrou a palestra “Celebração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho” (Informações sobre prevenção de acidentes, uso e conservação do Equipamento de Proteção Individual (EPI) e utilizando de extintores de incêndio).

Outrossim, verifica-se o cumprimento do requisito da realização periódica, no prazo máximo de 04 (quatro) anos, da revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para averiguação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício. A Lei Complementar municipal nº 28 de 2009, em seu artigo 17, parágrafo 9º, afirma que “O aposentado por invalidez fica obrigado, sob pena de sustação do pagamento do benefício, a submeter-se bianualmente a exames médico-periciais realizados pela Junta Médica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica, a fim de averiguar a recuperação da capacidade

⁴⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/13/seguranca-e-saude-do-trabalhador-no-ambiente-de-trabalho>

⁴⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/185/servidores-participam-de-palestra-no-dia-mundial-da-seguranca-e-saude-no-trabalho>

laborativa referida no § 7º deste Artigo”.

A alínea ‘e’, por sua vez, prevê a necessidade de implantação das ações preparatórias em saúde do servidor, que contemplem a elaboração de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, cuja elaboração foi encontrada nos arquivos do IPC para os cargos de agente previdenciário motorista, analista previdenciário assistente social, assessor técnico, coordenador de compensação previdenciária, coordenador de perícia, diretor administrativo financeiro, diretor presidente, diretor técnico previdenciário, gerente de contabilidade, gerente de divisão de fixação de benefícios, gerente de divisão de pagamento de benefícios, gerente de divisão de recursos e administrativo geral, gerente de perícia, médico previdenciário, procurador previdenciário, técnico administrativo previdenciário, controlador interno previdenciário, analista previdenciário especialidade arquivista e analista previdenciário especialidade tecnologia da informação.

No que tange à elaboração e fornecimento de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP- atualizado aos servidores que trabalhem em ambientes com exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, é necessário requerer ao setor da Prefeitura Municipal responsável pela sua elaboração algumas PPP’s feitas no segundo trimestre de 2024 como forma de amostragem para configuração de prova.

O último ponto trata da realização periódica, no prazo máximo de 03 (três) anos, da revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício. Conforme já mencionado alhures, a Lei Complementar municipal nº 28 de 2009, em seu artigo 17, parágrafo 9º, afirma que “O aposentado por invalidez fica obrigado, sob pena de sustação do pagamento do benefício, a submeter-se bienalmente a exames médico-periciais realizados pela Junta Médica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica, a fim de averiguar a recuperação da capacidade laborativa referida no § 7º deste Artigo”.

3.6 Política de Investimentos

O conteúdo da Política de Investimentos deve ser disponibilizado anualmente à Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério do Trabalho e Previdência - MTP, por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, conforme art. 241, IV, “a”, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A Política de Investimentos (ou Plano Anual de Investimentos) tem como elementos mínimos:

a) Análise da conjuntura econômica, cenários e perspectivas do mercado financeiro; objetivos e diretrizes que orientam a gestão do fundo para o ano seguinte; cenários que pautam as projeções financeiras, tendo em vista os limites de enquadramento para aplicação por segmento e modalidade, definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

b) Definição das estratégias de alocação; resultados esperados das projeções financeiras; limites mínimos e máximos de enquadramento e estratégias de investimento para cada segmento de aplicação financeira.

c) Gestão de investimentos, considerando sua estrutura, propostas de aprimoramento, critérios de credenciamento para escolha das instituições financeiras e dos produtos financeiros onde os recursos do RPPS serão aplicados.

Em razão de sua pertinência, a Política de Investimentos e os relatórios de acompanhamento dos resultados deverão ser disponibilizados no site do RPPS. Na elaboração e execução da Política de Investimentos deverão ser observadas cautelas que mitiguem riscos por situações de conflito de interesses.

Além dessas orientações gerais, deverá ser comprovado para o Nível III:

- A elaboração de relatórios mensais de investimentos, contendo a posição da carteira por segmentos e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Política de Investimentos, com parecer mensal do Comitê de Investimentos, seguido de aprovação pelo Conselho Fiscal, referente ao acompanhamento das rentabilidades e dos riscos das diversas modalidades de operação realizadas e da aderência das alocações e processos decisórios de Investimentos à Política de Investimentos e relatório anual de investimentos, com a consolidação de todas as informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução do orçamento e a composição da carteira de imóveis, se houver;
- Elaboração e divulgação do site do RPPS do cronograma mensal das atividades a serem

desempenhadas relativas à gestão dos recursos, elaboração de relatórios semestrais de diligências (Os RPPS poderão utilizar as informações prestadas pelas administradoras e gestoras dos fundos de investimentos e demais informações disponíveis na internet de conhecimento público ou outros meios disponíveis no mercado acessíveis pelos RPPS (jornais, revistas, órgãos de regulação e controle, agências de rating, associação de entidades do mercado financeiro e de capitais, softwares, dentre outros) que contenha, no mínimo: a) verificação dos ativos que compõem o patrimônio dos fundos de investimentos, incluindo os títulos e valores mobiliários aplicados pelo RPPS, excluídos os títulos públicos; b) análise da situação patrimonial, fiscal e comercial das empresas investidas, por meio de Fundos de Investimentos em Participações - FIP; c) análise do Relatório de Rating dos ativos no caso de Fundos de Renda Fixa (salvo aqueles que aplicam seus recursos exclusivamente em títulos públicos), Aplicações diretas em Ativos Financeiros de Renda Fixa, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Renda Fixa – Crédito Privado e Fundos de Debêntures de Infraestrutura; d) análise do Relatório de Avaliação de Imóveis no caso de Fundos de Investimentos possuí-los na Carteira; e utilização de metodologia que demonstre a compatibilidade do passivo com o ativo, principalmente do ALM, para os RPPS com mais de 50 milhões de reais aplicados no mercado financeiro.

- Utilização de metodologia que demonstre a compatibilidade do passivo com o ativo e a moderna teoria de diversificação de carteira, principalmente do ALM, para elaboração do diagnóstico da carteira de investimentos atual do RPPS e proposta de revisão de alocação das aplicações financeiras da política de investimentos, visando à otimização das carteiras de investimento; elaboração de relatório anual de acompanhamento da implementação das estratégias de carteiras específicas para os compromissos do plano com seus segurados e beneficiários.

Situação encontrada

Os elementos mínimos demandados pela alínea 'a' estão no Anexo I e entre as folhas 07 e 10, e 13 e 14 da Política de Investimentos 2024. Aqueles da alínea 'b' estão no Anexo II e entre as folhas 10 e 12. Os elementos da alínea 'c', por sua vez, podem ser encontrados entre as folhas 13 e 18.

Tanto a Política de Investimentos⁴⁹ quanto os relatórios de acompanhamento dos resultados⁵⁰ são disponibilizados no site do RPPS.

Analizando acerca da elaboração de relatórios mensais de investimentos, contendo a posição da carteira por segmentos e ativos - com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Política de Investimentos -, com parecer mensal do Comitê de Investimentos, seguido de aprovação pelo Conselho Fiscal, constatou-se a existência desses relatórios⁵¹.

Em relação à elaboração do cronograma mensal das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos, elaboração de relatórios semestrais de diligências (DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2022 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIAS)⁵², os mesmos foram encontrados no site oficial do IPC⁵³.

No que concerne à utilização da metodologia ALM, existe a contratação de uma empresa que realiza tal estudo e é avaliado pelo Comitê de Investimento, conforme Contrato 04/2023 (arquivo interno) e Ata da 19ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos de 2023⁵⁴. O relatório anual de acompanhamento da implementação das estratégias específicas para os compromissos do plano com seus segurados e beneficiários está contido no 'RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO-DEZ 2023'.

3.7 Comitê de Investimentos

⁴⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/18>

⁵⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/34>

⁵¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/34> e arquivo interno.

⁵² que contenha, no mínimo: a) verificação dos ativos que compõem o patrimônio dos fundos de investimentos, incluindo os títulos e valores mobiliários aplicados pelo RPPS, excluídos os títulos públicos; b) análise da situação patrimonial, fiscal e comercial das empresas investidas, por meio de Fundos de Investimentos em Participações - FIP; c) análise do Relatório de Rating dos ativos no caso de Fundos de Renda Fixa (salvo aqueles que aplicam seus recursos exclusivamente em títulos públicos), Aplicações diretas em Ativos Financeiros de Renda Fixa, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Renda Fixa – Crédito Privado e Fundos de Debêntures de Infraestrutura; d) análise do Relatório de Avaliação de Imóveis no caso de Fundos de Investimentos possuí-los na Carteira; e utilização de metodologia que demonstre a compatibilidade do passivo com o ativo, principalmente do ALM, para os RPPS com mais de 50 milhões de reais aplicados no mercado financeiro.

⁵³ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/34>;

<https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/7>

⁵⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/242/ata-n-192023>

O Comitê de Investimentos é o órgão colegiado do RPPS que tem o papel específico de participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, devendo, para atendimento do Nível III do Pró-Gestão, ser composto de no mínimo de 5 (cinco) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS.

Situação encontrada

O Comitê de Investimento é composto por 6 (seis) membros que mantêm vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS⁵⁵, conforme PORTARIA/IPC/GP Nº 095 DE 07 DE JUNHO DE 2024:

Juliana de Lima Silva Rodrigues	Diretora-Presidente do IPC
Ingrid Machado Costa	Técnico Administrativo Previdenciário do IPC
Eliane Santana Tavares	Diretora Administrativo-Financeira do IPC
Rodrigo Garcia Giori	Auditor Interno da Prefeitura de Cariacica
Jhawa Memelli de Moura	Técnico Administrativo Previdenciário do IPC
Raissa Mombrini Portela Milfont	Controladora Interna Previdenciária I

O servidor Paulo Henrique da Costa e Silva Mattos – matrícula nº15.149 – requereu a vacância por posse em outro cargo incompatível no dia 03 de junho de 2024.

3.8 Transparência

A transparência nas organizações é decorrente do princípio da publicidade e vem sendo progressivamente fortalecida por novos diplomas legislativos, dentre os quais pode ser citada a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação – LAI.

Os documentos e informações mínimos a serem divulgados pelo RPPS em seu site estão a

⁵⁵ Atas do Comitê de Investimentos disponíveis em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/24>

seguir relacionados:

- a) Regimentos internos e atas dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos).
- b) Certidões negativas de tributos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS.
- c) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, se houver, e links para acesso, no endereço eletrônico da Previdência Social na Internet, ao Extrato Previdenciário e aos demonstrativos obrigatórios previstos no art. 5º, XVI da Portaria MPS nº 204/2008.
- d) Relatório de Governança Corporativa.
- e) Cronograma de ações de educação previdenciária.
- f) Cronograma das reuniões dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos).
- g) Código de Ética.
- h) Demonstrações financeiras e contábeis com periodicidade trimestral.
- i) Avaliação atuarial anual.
- j) Informações relativas a procedimentos licitatórios e contratos administrativos.
- k) Relatório de avaliação do passivo judicial.
- l) Planejamento Estratégico.
- m) Política de Investimentos.
- n) Relatórios de controle interno trimestral.
- o) Relação das entidades escolhidas para receber investimentos, por meio de credenciamento.
- p) Relatórios mensais e anuais de investimentos.
- q) Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo, caso o Órgão de Controle Externo emita os dois.

Situação encontrada

- Regimentos internos⁵⁶ e atas dos órgãos colegiados⁵⁷ (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos).
- Certidões negativas de tributos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União⁵⁸ desatualizada e Certidão de Regularidade do FGTS⁵⁹.
- Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, se houver, e links para acesso, no endereço eletrônico da Previdência Social na Internet, ao Extrato Previdenciário e aos demonstrativos obrigatórios previstos no art. 5º, XVI da Portaria MPS nº 204/2008⁶⁰.

⁵⁶ Regimento Interno do Conselho Fiscal em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/3996>; Regimento Interno do Conselho Administrativo em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/3984>; Regimento Interno do Comitê de Investimentos em https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/departamento/12/Ymy0xp75mgPKoN0V_O4xJ8-VhqMeToda.pdf.

⁵⁷ Atas do Conselho Administrativo em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/119>; Atas do Conselho Fiscal em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/101>; Atas do Comitê de Investimentos em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/122>.

⁵⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/2274/certidao-negativa-de-debitos-uniao>

⁵⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/323/certidao-negativa-de-debitos-fgts-2>

⁶⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/82>

- Relatório de Governança Corporativa⁶¹.
- Cronograma de ações de educação previdenciária⁶².
- Cronograma das reuniões dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos)⁶³.
- Código de Ética⁶⁴.
- Demonstrações financeiras e contábeis com periodicidade trimestral.

	ANO	DEMONSTRATIVO	SITUAÇÃO
FUNDO FINANCEIRO ⁶⁵	2024	BALANCETE DA RECEITA	1º TRIMESTRE OK
		BALANCETE DA DESPESA	1º TRIMESTRE OK
		BALANCETE DA RECEITA	<u>FALTA JUNHO 2024</u>
		BALANCETE DA DESPESA	<u>FALTA JUNHO 2024</u>
FUNDO PREVIDENCIÁRIO ⁶⁶	2024	BALANCETE DA RECEITA	1º TRIMESTRE OK
		BALANCETE DA DESPESA	1º TRIMESTRE OK
		BALANCETE CONTÁBIL	1º TRIMESTRE OK
		BALANCETE DA RECEITA	<u>FALTA JUNHO 2024</u>
		BALANCETE DA DESPESA	<u>FALTA JUNHO 2024</u>
		BALANCETE CONTÁBIL	<u>FALTA 2º TRIMESTRE</u>
TAXA ADMINISTRATIVA ⁶⁷	2024	BALANCETE CONTÁBIL	1º TRIMESTRE OK
		BALANCETE DA DESPESA	1º TRIMESTRE OK
		BALANCETE CONTÁBIL	<u>FALTA 2º TRIMESTRE</u>
		BALANCETE DA DESPESA	<u>FALTA JUNHO 2024</u>

- Avaliação atuarial anual⁶⁸.
- Informações relativas a procedimentos licitatórios e contratos administrativos⁶⁹.
- Relatório de avaliação do passivo judicial⁷⁰. ATUALIZAR
- Planejamento Estratégico⁷¹ desatualizado.

⁶¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/27>

⁶² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/13>

⁶³ Calendário de Reuniões do Conselho Administrativo em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/5>; Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/6>; Calendário de Reuniões do Comitê de Investimentos em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/7>.

⁶⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/12>.

⁶⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/transparencia/cat/39>

⁶⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/transparencia/cat/40>

⁶⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/transparencia/cat/5>

⁶⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/384/avaliacao-atuarial-2023>

⁶⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/licitacao> e <https://www.ipccariacica.es.gov.br/contrato>

⁷⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/287/relatorio-de-avaliacao-do-passivo-judicial-2023>

⁷¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/225/planejamento-estrategico-2023-revisado>

- Política de Investimentos⁷².
- Relatórios de controle interno trimestral⁷³.
- Relação das entidades escolhidas para receber investimentos, por meio de credenciamento⁷⁴.
- Relatórios mensais e anuais de investimentos⁷⁵.
- Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo, caso o Órgão de Controle Externo emita os dois ⁷⁶.

3.9 Definição de Limites de Alçadas

Por meio da definição de alçadas são estabelecidos critérios e limites para a tomada de decisões relativas a atos administrativos que envolvam recursos orçamentários ou financeiros do RPPS, possibilitando o compartilhamento de responsabilidades entre seus dirigentes.

No que se refere aos investimentos, a legislação do ente federativo deve disciplinar as esferas de atuação do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos e estabelecer limites de alçada para aprovação de alocações e desinvestimentos, cabendo ao Conselho Deliberativo referendar decisões do Comitê, caso esse possua essa atribuição.

A definição de limites de alçadas deverá ser publicada no site do RPPS e observar como requisitos mínimos para o Nível III: Obrigatoriedade de no mínimo 2 (dois) responsáveis assinarem em conjunto todos os atos relativos à gestão de ativos e passivos e a atividades administrativas que envolvam concessões de benefícios, contratações e dispêndios de recursos, conforme limites de alçada definidos em ato normativo editado pela unidade gestora do RPPS.

⁷² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/352/politica-de-investimentos-2024>

⁷³ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/68>

⁷⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/36>

⁷⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/34>

⁷⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/63>

Situação encontrada

A Portaria/IPC/GP Nº 042/2021⁷⁷ realizou tal feito ao definir competências e limites de alçada, estabelecendo critérios e limites para a tomada de decisões administrativas que envolvam recursos orçamentários e financeiros e o compartilhamento de responsabilidades, conforme segue:

Publicado
Em: 27/10/2021
Jornal: *DOM*
Página: *13/14*



**IPC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA**
CNPJ: 00.444.435/0001-25

PORTARIA/IPC/GP Nº 042/2021

Define competências e limites de alçada, estabelecendo critérios e limites para a tomada de decisões administrativas que envolvam recursos orçamentários e financeiros e o compartilhamento de responsabilidades.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CARIACICA - IPC,
no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 028/2009 e a Lei Federal nº. 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e definir os limites de alçada, para efeito de delimitar competências nos processos administrativos.

Art. 2º Toda decisão relativa a atos administrativos que envolvam questões orçamentárias e financeiras, contratações e serviços, bem como concessão e revisão de aposentadorias e pensões, deverão ser assinadas por dois servidores da diretoria responsável pela avaliação.

Art. 3º São da alçada do Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro os seguintes atos:

- I. Os atos relativos a orçamento, a despesas e aplicações financeiras serão assinados, conjuntamente, pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro;
- II. Os atos relativos a contratos sejam materiais ou serviços, serão assinados, conjuntamente, pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro;

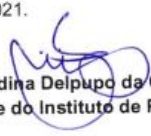
Art. 4º São da alçada do Diretor Presidente e Diretor Técnico Previdenciário os seguintes atos:

- I. Os atos relativos à concessão e a revisão de aposentadorias e pensões, serão assinados, conjuntamente, pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Técnico Previdenciário;

Art. 5º Os eventuais casos omissos serão dirimidos pelo Presidente.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cariacica, 26 de outubro de 2021.



Sidina Delpupo da Cunha Daniel
Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Cariacica - IPC

⁷⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/legislacao/index/cat/5?page=7&per-page=30>

3.10 Segregação das atividades

A segregação de atividades ou funções busca evitar que um único agente possua autoridade completa sobre parcela significativa de uma determinada transação (aprovação da operação, execução e controle), reduzindo assim o risco operacional e favorecendo a governança corporativa e os controles internos. Para o Nível III, deve ocorrer a segregação das atividades de habilitação/concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios e segregação das atividades de investimentos das atividades administrativo-financeiras.

Situação encontrada

A Portaria/IPC/Nº 044/2021⁷⁸ estabeleceu a política de segregação de atividades de modo a não permitir que um único setor seja responsável pela aprovação, execução e controle das atividades do IPC, dispondo em seus artigos 1º, 2º e 3º que:

“Art. 1º - A política de concessão, revisão e pagamentos de benefícios, bem como as aplicações e investimentos dos recursos financeiros do IPC, deverão ter seus processos segregados em partes de responsabilidade de diferentes setores, objetivando prevenir que um único servidor tenha acesso e influência em todo o processo.

Art. 2º - A responsabilidade pelo gerenciamento dos investimentos realizados pelo IPC seguirá a seguinte ordem:

I - O Comitê de Investimento será responsável pelo acompanhamento e avaliação do mercado orientando, tecnicamente, onde os recursos financeiros deveram ser alocados;

II-A Diretoria Executiva realizará a aplicação dos recursos, de acordo com a orientação do Comitê de Investimentos, podendo rever suas orientações desde que submeta a análise e obtenha o aval do conselho administrativo;

III - Os Conselhos de Administração e Fiscal são os responsáveis pela fiscalização e controle da aplicação dos investimentos

Art. 3º - A responsabilidade pela análise, concessão, revisão e

⁷⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/legislacao/index/cat/5?page=3&per-page=30>

pagamento de aposentadorias e pensões se dará da seguinte forma:

I - A Gerência de Divisão de Fixação de Benefícios será responsável pela análise e concessão de aposentadorias e pensões;

II - Ao Diretor Técnico Previdenciário caberá a concessão de benefícios;

III - A Gerência de Divisão de Fixação de Benefícios assessorada pela Procuradoria Jurídica do IPC será responsável pela análise e revisão dos benefícios concedidos pelo IPC.

IV - A Gerência de Divisão de Fixação de Benefícios será responsável pela inclusão, exclusão e liberação dos pagamentos de benefícios de aposentadorias e pensões”.

3.11 Ouvidoria

Para atendimento do Pró-Gestão RPPS, o funcionamento da Ouvidoria tem como requisitos a disponibilização no site do ente federativo ou do RPPS de um canal de comunicação no modelo “fale conosco”, e no mínimo 1 (um) servidor efetivo exercendo a função de Ouvidor na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS.

Situação encontrada

Há no site do RPPS um hiperlink⁷⁹ que direciona à Ouvidoria da Prefeitura. A Portaria/IPC/GP Nº 028/2022 nomeou a servidora efetiva, Adelita Schreider, para exercer a função de Ouvidora do IPC.

3.12 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva do RPPS deverá ser disciplinada pela legislação local e seus membros deverão ter formação educacional de nível superior, observadas as especificações abaixo para o Nível III:

- Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva e atendimento dos requisitos

⁷⁹ Disponível em <https://transparencia.cariacica.es.gov.br/Canal.Atendimento.aspx?CanalAtendimentoId=2>

previstos no art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais, mediante certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, além de comprovação de experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos, conforme as especificidades de cada cargo ou função, no exercício de atividades nas áreas previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

- Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS;
- Formação superior ou especialização em área compatível com a atribuição exercida.

Situação encontrada

A Diretora Presidente, Juliana de Lima Silva Rodrigues, possui ensino superior de tecnólogo em Comércio Exterior e é gestora de recursos certificada CPA-20, sendo - desde 2011 - servidora efetiva da Prefeitura de Cariacica.

A Diretora Administrativo-Financeira, Eliane Santana Tavares, é bacharela em Ciências Contábeis e Especialista em Gestão Pública e Contábil.

O Diretor Técnico-Previdenciário, Rogério Faria Pimentel, é graduado em Direito, pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, atuou como advogado por 28 anos, e em diversos órgãos públicos no assessoramento jurídico. Na Prefeitura de Cariacica trabalhou na Procuradoria Geral (Proger).

O requisito de pelo menos 1 (um) membro ser segurado do RPPS é cumprido pela Diretora Presidente.

O requisito da formação superior ou especialização em área compatível com a atribuição exercida é cumprido pelos três diretores.

No tocante a certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, constam em arquivo interno.

Faz-se importante ressaltar o artigo 77 da Portaria MTP 1467/2022, cuja redação afirma que “a comprovação do requisito de que trata o inciso I do caput do artigo 76 será exigida a cada 2 (dois) anos”, sendo a redação do inciso I, art. 76, a seguinte:

“Art. 76. Deverá ser comprovado o atendimento, pelos dirigentes da unidade gestora do RPPS, aos seguintes requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, para sua nomeação ou permanência, sem prejuízo de outras condições estabelecidas na legislação do regime:
I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar”

3.13 Conselho Fiscal

O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Fiscal, cuja estrutura observará os seguintes requisitos mínimos, de acordo com o Nível III:

- Todos os membros que compõem o Conselho Fiscal deverão comprovar o atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais, mediante certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. Pelo menos 1 (um) representante dos segurados.

- Composição paritária (Paridade aqui entendida como a quantidade de representantes do Ente Federativo deve ser igual a dos Segurados) entre os representantes dos segurados e do ente federativo, tendo a maioria dos membros formação de nível superior, com a presidência do Conselho Fiscal sendo exercida por um dos representantes dos segurados, que terá o voto de qualidade. O Conselho Fiscal deverá adotar as seguintes práticas:

- a) Elaboração, publicação e controle sobre a efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos.

b) Elaboração de parecer ao relatório de prestação de contas, no qual devem constar os itens ressaltados com as motivações, recomendações para melhoria e áreas analisadas.

Situação encontrada

Conforme consta no site do IPC, seguem os atuais membros do Conselho:

CONSELHO FISCAL

GESTÃO 2022-2026

Representantes do Poder Executivo

Titular: Larissa Deorce Rocha Vaccari

Suplente: Maria Aparecida Flores Rodrigues

Titular: Cristina Zardo Calvi

Suplente: Renan Potao de Jesus

Representantes dos Servidores Ativos Efetivos

Titular: Solange Nascimento

Suplente: Rute Cristina de Queiroz Costa

Titular: Filipe Inácio de Lima

Suplente: Adolfo Mucci

Representantes do Poder Legislativo

Titular: Katia Regina Grijó

Suplente: Djalma Ferreira Sobrinho

Representantes dos Servidores Inativos

Titular: Angela Maria Firma Mattos

Suplente: Glorinha Maria da Penha

Titular: Pierre Francisco Alves

Suplente: Fabiana Augusto da Costa Thomas

O cronograma de reuniões⁸⁰, as atas⁸¹ e o plano de trabalho⁸² encontram-se no site do Instituto. Em relação a elaboração de parecer ao relatório de prestação de contas⁸³, está disponibilizado no site do IPC.

No que se refere ao atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais, mediante certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, estão em arquivo interno.

⁸⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/6>

⁸¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/120>

⁸² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/416/plano-de-trabalho-2024-2>

⁸³ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/85>

Apesar de a composição ter sido alterada parcialmente pelo Decreto nº 251/2022, substituindo: Josenito Daniel Lemos por Filipe Inácio de Lima, suas certidões já constam em arquivo interno pois o mesmo fazia parte do Conselho Administrativo.

3.14 Conselho Deliberativo

O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Deliberativo, cuja estrutura observará os seguintes requisitos mínimos, de acordo com o nível de certificação:

- Nível III: Todos os membros que compõem o Conselho Deliberativo deverão comprovar o atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais, mediante certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. Pelo menos 1 (um) representante dos segurados. Composição paritária entre os representantes dos segurados e do ente federativo, tendo a maioria dos membros formação de nível superior, com a presidência do Conselho Deliberativo sendo exercida por um dos representantes do ente federativo, que terá o voto de qualidade. O Conselho Deliberativo deverá adotar as seguintes práticas:

- a) Elaboração, publicação e controle da efetivação de plano de trabalho anual, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos.
- b) Elaboração de relatório de prestação de contas, com a síntese dos trabalhos realizados e demais considerações sobre suas atividades.

Situação encontrada

No tocante à determinação de que todos os membros que compõem o Conselho Deliberativo deverão comprovar o atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais, mediante certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal

e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, tais documentos estão em arquivo interno.

Conforme Decreto nº 082, de 04 de março de 2022 – publicado no DOM de 07 de março de 2022-, seguem os membros do Conselho:

DECRETO Nº 082, DE 04 DE MARÇO DE 2022

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA – IPC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA – ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 90, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Cariacica c/c Art. 83, §1º e Art. 87, §1º, ambos da Lei Complementar nº 028/2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica – IPC – para o quadriênio 2022/2026 os membros abaixo relacionados:

I – Representantes do Executivo Municipal:

- a) Titular: Rodrigo Garcia Giori
 - b) Suplente: Priscilla Gracielli do Rosário
 - c) Titular: Fernando Santos Macarineli
 - d) Suplente: Bianca dos Santos Rangel Olindino
- II – Representantes dos Servidores Ativos Efetivos Indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – SINDIUPES:

- a) Titular: Menderson Rezende de Moura
 - b) Suplente: Rogério Cipriano Moreira
- III – Representantes dos Servidores Ativos Efetivos Indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Cariacica – SINDISMUC:

- a) Titular: Jhawa Memelli de Moura
 - b) Suplente: Filipe Inácio de Lima
- IV – Representantes do Poder Legislativo:
- a) Titular: Jonas Ferreira Campos

- b) Suplente: Marco Antonio Igídio
 - c) Titular: Paulo Cesar Peixoto
 - d) Suplente: Maria Rosalina Ribeiro
- V – Representantes dos Servidores Inativos:

- a) Titular: Danuza Matos Ribeiro
- b) Suplente: Maria Odete Marchesi Groberio
- c) Titular: Patrícia Luiza Sampaio Miguel
- d) Suplente: Luciano Constantino

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica – IPC para o quadriênio 2022/2024, os membros abaixo relacionados:

I – Representantes do Executivo Municipal:

- a) Titular: Larissa Deorce da Rocha Vaccari
- b) Suplente: Maria Aparecida Flores Rodrigues
- c) Titular: Cristina Zardo Calvi
- d) Suplente: Renan Poton de Jesus

II – Representante dos Servidores Ativos Efetivos Indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – SINDIUPES:

- a) Titular: Solange Nascimento
 - b) Suplente: Rute Cristina de Queiroz Costa
- III – Representante dos Servidores Ativos Efetivos Indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Cariacica – SINDISMUC:

- a) Titular: Josenito Daniel Lemos
- b) Suplente: Adolfo Mucci

IV – Representantes do Poder Legislativo:

- a) Titular: Katia Regina Grijó
- b) Suplente: Djalma Ferreira Sobrinho

V – Representantes dos Servidores Inativos:

- a) Titular: Angela Maria Firma Mattos
- b) Suplente: Glorinha Maria da Penha
- c) Titular: Pierre Francisco Alves

A composição foi alterada parcialmente pelo Decreto nº 251/2022, substituindo: a alínea b do inciso III, art. 1º por Sabrina do Nascimento Dantas; e a alínea d do inciso V, art. 1º por Charles Muniz Pereira.

Em 23 de abril de 2024, foi publicado no Diário Oficial do Município de Cariacica o Decreto nº 087/2024, que alterou parcialmente o Decreto nº 082/2022 da seguinte forma:

Art. 6º Revogam-se todas as disposições contrárias sobre o tema, incluindo-se o Decreto Municipal nº 50/2016 e 41/2023.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Cariacica/ES, 18 de abril de 2024.

EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR

Prefeito Municipal

EDUARDO DALLA BERNARDINA

Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 087, DE 22 DE ABRIL DE 2024

ALTERA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 82, DE 04 DE MARÇO DE 2022, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA – IPC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA – ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 90, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Cariacica c/c Art. 83, §1º e Art. 87, §1º, ambos da Lei Complementar nº 028/2009,

DECRETA:

Art. 1º Alterar parcialmente o artigo 1º, inciso I, do Decreto nº 82, de 04 de março de 2022, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)”

a) Titular: Priscilla Gracielli do Rosário

b) Suplente: Rodrigo Garcia Giori

c) Titular: Bianca dos Santos Rangel Olindino

d) Suplente: Fernando Santos Macarinelli

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 82/2022.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cariacica/ES, 22 de abril de 2024.

EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR

Prefeito Municipal

O cronograma de reuniões⁸⁴, as atas⁸⁵ e o plano de trabalho⁸⁶ encontram-se no site do IPC.

3.15 Mandato, Representação e Recondução

É da legislação local a competência de disciplinar o processo de escolha dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, observadas as seguintes diretrizes, comuns a todos os níveis de certificação:

- Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal terão mandato, conforme prazo definido na legislação local, somente podendo ser substituídos nas situações definidas na legislação.
- Será admitida a recondução dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, conforme prazo definido na legislação local.
- Para se preservar o conhecimento acumulado, recomenda-se que os mandatos dos membros dos Conselhos e Comitê de Investimentos não sejam coincidentes, permitindo que a renovação da composição ocorra de forma intercalada e não integral.

⁸⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/5>

⁸⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/cat/119>

⁸⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/documento/view/414/plano-de-trabalho-2024>

d) Quando a legislação local estabelecer que a escolha de membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal ocorrerá por meio de processo eleitoral, deverão ser proporcionados os meios para que haja ampla participação dos segurados e para que esses tenham acesso às propostas de atuação dos candidatos.

Preferencialmente, o mandato dos conselheiros deverá ser de 4 (quatro) anos.

- Nível III: Definição na legislação do processo de escolha para composição da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Os membros da Diretoria Executiva terão mandato, somente podendo ser substituídos nas situações definidas em lei, e deverão apresentar anualmente prestação de contas ao Conselho Deliberativo. Alternativamente, a comprovação de mandatos para os membros da Diretoria Executiva poderá ser suprida com a comprovação do exercício médio de dois anos dos membros da Diretoria, inclusive as eventuais ocorrências de mudanças de cargos dentro da diretoria ou quebras de vínculos, considerando os últimos 5 (cinco) anos.

Situação encontrada

As alíneas 'a' e 'b' estão adequadas ao Pró-Gestão, conforme artigos 83 e 87 da Lei Complementar 28/2009, que prevêem o mandato de 04 anos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, limitado a uma recondução:

"Art. 83

[...]

§ 1º Os **membros titulares e suplentes do Conselho de Administração** serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para **mandato de 04 anos, podendo ser reconduzido por uma única vez**, cumprindo as condições estabelecidas para ingresso e permanência de comprovada certificação em conformidade com a legislação vigente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 98/2021)"

"Art. 87

[...]

§ 1º Os **membros do Conselho Fiscal terão mandato de 04 anos, permitida a recondução por uma única vez**, cumprindo as condições estabelecidas para ingresso e permanência de comprovada certificação em conformidade com a legislação vigente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 98/2021)"

Em relação à alínea 'c', é possível observar através das portarias de nomeação do Comitê de Investimentos que a designação de seus membros não é simultânea, e sim gradual, tomando como exemplo a última portaria que, nos incisos de seu artigo 2º, especifica o término do mandato de cada membro:

E, conforme demonstrado no item 3.14, a nomeação dos membros dos Conselhos foi concretizada pelo Decreto nº 082, de 04 de março de 2022, que não coincide com as datas de nomeação dos membros do Comitê de Investimentos.

O §2º do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho Administrativo⁸⁷ afirma que “No processo de renovação dos mandatos dos conselheiros que tomaram posse em 2021 deve ser observado os critérios estabelecidos na Portaria 1467/2022, quando da renovação de somente 50% dos seus membros, para haver alternância de mandatos”.

No tocante à escolha dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal, está disposto no § 1º do art. 83 e no caput do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 28/2009 que a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo. Não obstante, há a previsão acerca da nomeação do Conselho Fiscal no artigo 87 dessa mesma lei, que terá dois membros designados pelo Poder Executivo, um pelo Poder Legislativo, dois pelos servidores ativos e dois pelos servidores inativos. A seleção pelos servidores ativos e inativos é feita através de indicação, conforme relatado em reunião com a Comissão Pró-Gestão no dia 09 de novembro de 2022.

Por fim, é requerida pelo Nível III a definição na legislação do processo de escolha para composição da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, os membros da Diretoria Executiva terão mandato-, somente podendo ser substituídos nas situações definidas em lei, e deverão apresentar anualmente prestação de contas ao Conselho Deliberativo. Este ponto encontra-se regular conforme fundamentação já exposta no item 3.15 e previsão no inciso IV do artigo 78 da Lei Complementar 28/2009.

⁸⁷ Disponível em

<https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/12801/na1gf41t0r7k9Vg3JLmu7Y9MI53fwXCy.pdf>

3.16 Gestão de Pessoas

Caberá à legislação local definir o quadro de pessoal do RPPS, de acordo com o seu porte, e estabelecer objetivos de gestão de pessoal, qualificação e treinamento.

Deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos de composição do quadro de pessoal para o Nível III: A unidade gestora do RPPS deverá possuir quadro próprio, ocupado por servidores efetivos, sendo, pelos menos, 50% do quadro próprio da UG do RPPS, e demais comissionados ou cedidos pelo ente federativo. Alternativamente, a comprovação do percentual de 50% (cinquenta por cento) de servidores efetivos da UG do RPPS poderá ser comprovada com servidores efetivos do Órgão à qual a UG esteja vinculada, desde que efetivamente em exercício de suas atribuições na UG do RPPS.

Situação encontrada

O atual quadro de pessoal do IPC conta com os seguintes servidores:

- 4 TÉCNICOS ADM. PREVIDENCIÁRIOS (EFETIVOS)
- 1 AGENTE PREVIDENCIÁRIO FUNÇÃO MOTORISTA (EFETIVO)
- 2 PROCURADORES PREVIDENCIÁRIOS (EFETIVOS)
- 2 ANALISTAS PREVIDENCIÁRIOS - ESPECIALIDADE ASSISTENTE SOCIAL (EFETIVO)
- 2 MÉDICOS PREVIDENCIÁRIOS (EFETIVOS)
- 1 CONTROLADOR INTERNO PREVIDENCIÁRIO (EFETIVO)
- 1 ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALIDADE ARQUIVISTA (EFETIVO)
- 1 ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALIDADE ANALISTA DE T.I. (EFETIVO)
- = TOTAL DE 14 SERVIDORES EFETIVOS**

- 1 DIRETOR PRESIDENTE (EFETIVO DA PMC COM CARGO COMISSIONADO)
- 1 AUXILIAR ADMINISTRATIVO (CEDIDO DA PMC)
- 1 GERENTE DE DIVISÃO DE FIXAÇÃO DE BENEFÍCIOS (COMISSIONADO)
- 1 GERENTE DE DIVISÃO DE RECURSOS E ADMINISTRATIVO (COMISSIONADO)
- 1 GERENTE DE CONTABILIDADE (EFETIVO DA PMC COM CARGO COMISSIONADO)
- 1 COORDENADOR DE PERÍCIA (COMISSIONADO)
- 1 DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO (COMISSIONADO)
- 1 ASSESSOR TÉCNICO (EFETIVO DA PMC COM CARGO COMISSIONADO)
- 1 DIRETOR TÉCNICO-PREVIDENCIÁRIO (COMISSIONADO)
- 1 GERENTE DE PERÍCIA (COMISSIONADO)
- 1 GERENTE DE DIVISÃO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS (COMISSIONADO)

- 1 COORDENADOR DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA (COMISSIONADO)
- 1 MÉDICO (CEDIDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA)
- TOTAL DE 13 SERVIDORES COMISSIONADOS OU CEDIDOS PELO ENTE
FEDERATIVO

Dessa forma, os requisitos do item 3.16 estão cumpridos.

4. DA DIMENSÃO DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

QUADRO 3 – AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
3.1-Plano de Ação de Capacitação
3.2- Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade

4.1 Plano de Ação de Capacitação

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica deverá desenvolver plano de ação de capacitação para os servidores que atuem na unidade gestora, seus dirigentes e conselheiros, com os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Formação básica em RPPS para os servidores.
- b) Treinamento dos servidores que atuem na área de concessão de benefícios sobre as regras de aposentadorias e pensão por morte.
- c) Treinamento para os servidores que atuem na área de investimentos sobre sistema financeiro, mercado financeiro e de capitais e fundos de investimentos.
- d) Treinamento em gestão previdenciária para os servidores, contemplando legislação previdenciária, gestão de ativos, conhecimentos de atuária, controles internos e gestão de riscos.
- e) Programa de Educação Previdenciária que sistematize as ações realizadas e a realizar (planejamento, público-alvo, mecanismos de capacitação permanente).

Situação encontrada

- Curso de formação básica em RPPS para os servidores ofertado pela ABCPrev (o curso de Formação de Gestores e Conselheiros, com carga horária de 16 horas, ministrado pela ABCPREV Gestão e Formação Previdenciárias, CNPJ n.º 16.778.036/0001-30).

- Treinamento dos servidores que atuam na área de concessão de benefícios sobre as regras de aposentadorias e pensão por morte:

Certificado do servidor Anderson Mattos de que participou do curso “II Encontro Previdenciário ACIP – As Principais Alterações da Portaria 1.467/2022 – ACIP”;

Certificado do servidor Anderson Mattos de que participou do XV Seminário Capixaba de Previdência nos dias 25 e 26 de maio de 2022;

Certificado do servidor Anderson Mattos de que participou do curso “Concessão de Aposentadoria e Pensões” no dia 31 de agosto de 2021 pela ACIP e ABCPREV;

Certificado da servidora Ronalda Adriana Barboza de que concluiu o curso “Noções Básicas em Previdência Complementar” com início em 13/09/2021 e carga horária de 25 horas pela Escola Nacional de Administração Pública;

Certificado da servidora Ronalda Adriana Barboza de que participou da III Expoprev realizada entre os dias 27 de setembro a 01 de outubro de 2021 perfazendo um total de 15 horas;

Certificado do servidor Anderson Mattos de que participou da III Expoprev realizada entre os dias 27 de setembro a 01 de outubro de 2021 perfazendo um total de 15 horas;

Certificado do servidor Anderson Mattos de que participou do webnário: Diretrizes de Aplicação Imediata para Gestão Eficiente dos RPPS, no dia 10 de novembro de 2021;

No dia 12 de maio de 2023, ocorreu no auditório do IPC a palestra “Treinamento para Naofs”, que esclareceu perguntas a exemplo de: Como a Guia de Inspeção Médica deve ser preenchida? Qual o prazo para apresentar o atestado médico? Como funciona a Licença Acompanhante? O CID

(Classificação Internacional de Doenças) é obrigatório no atestado?⁸⁸

Participação da servidora Raissa Milfont e do então Diretor Técnico-Previdenciário Paulo Lopes de Rezende Neto no 22º Congresso Nacional de Previdência da Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (Aneprem), realizado entre os dias 11 e 13 de setembro⁸⁹.

Participação de servidores que atuam na área de concessão de benefícios no I Seminário de Regimes próprios de Previdência do Espírito Santo. O evento foi promovido em novembro de 2023 pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) com a Associação Capixaba dos Institutos de Previdência (ACIP)⁹⁰.

Participação dos servidores do Instituto no “IV Seminário Previdenciário do IPC”, em 13 de dezembro de 2023, que contou com o apoio da ABCPREV Gestão e Formação Previdenciárias e teve como palestrante o servidor licenciado do Ministério de Previdência, Leonardo Motta. Ele foi o responsável por ministrar os temas apresentados no encontro: "A Emenda Constitucional nº 103 de 2019 e as regras de aposentadorias e pensão por morte em Cariacica" e "Atualizações da compensação previdenciária e a gestão dos prazos de análise e prescrição"⁹¹.

- Treinamento para os servidores que atuam na área de investimentos sobre sistema financeiro, mercado financeiro e de capitais e fundos de investimentos:

Certificado da servidora Juliana de Lima Silva Rodrigues de que participou do XV Seminário Capixaba de Previdência nos dias 25 e 26 de maio de 2022;

Certificado da servidora Eliane Santana Tavares de que participou do ‘Encontro Previdenciário da ACIP’ no dia seis de abril de 2022;

⁸⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/192/naofs-tiram-duvidas-e-fazem-sugestoes-em-palestra>

⁸⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/229/diretores-e-servidoras-do-ipc-participam-de-congresso-da-aneprem>

⁹⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/242/servidores-participam-de-seminario-previdenciario>

⁹¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/251/iv-seminario-previdenciario-destaca-ec-103-e-comprev>

Certificado da servidora Eliane Santana Tavares de que participou do XV Seminário Capixaba de Previdência nos dias 25 e 26 de maio de 2022;

Nos dias 24 e 25 de maio de 2023, quarta e quinta-feira, diretores e servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica (IPC) participam do XVI Seminário Capixaba de Previdência, promovido pela Associação Capixaba dos Institutos de Previdência (Acip), em Guarapari⁹²;

Nos dias 18 e 19 de abril de 2023, o servidor Jhawa Memelli compareceu ao 1º Seminário Previdenciário da Serra⁹³;

Participação da Diretora Presidente no 22º Congresso Nacional de Previdências da Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (Aneprem), realizado entre os dias 11 e 13 de setembro⁹⁴;

Participação, em outubro de 2023, de membros do Comitê de Investimentos no III Encontro Previdenciário da Associação Capixaba dos Institutos de Previdência (ACIP)⁹⁵.

Participação dos servidores Raissa Milfont, Juliana Rodrigues, Eliane Santana Tavares e Jhawa Memelli no curso de "Cenário macroeconômico, produtos de investimento para o cenário atual e abordagem técnica sobre o comitê de investimentos" ministrado pelos profissionais Guilherme Stipp e Luciano Magalhães representando a 4UM Investimentos e Vitor Leitão representando a LEMA consultoria no dia 18 de março de 2024, na modalidade presencial, das 09h00 às 13h00 com carga horária de 4 horas.

- Treinamento em gestão previdenciária para os servidores, contemplando legislação previdenciária, gestão de ativos, conhecimentos de atuária, controles internos e gestão de riscos:

No mês de junho de 2022, o IPC, por intermédio de sua então servidora Christiane Cordeiro dos Santos, realizou capacitação sobre controle interno

⁹² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/199/diretoria-e-servidores-participam-do-xvi-seminario-capixaba-de-previdencia>

⁹³ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/182/servidores-do-ipc-participam-do-1-seminario-previdenciario-da-serra>

⁹⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/229/diretores-e-servidoras-do-ipc-participam-de-congresso-da-aneprem>

⁹⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/238/diretoria-e-servidores-participam-de-iii-encontro-previdenciario-da-acip>

pela palestra “Atuação Estratégica do Controle Interno”⁹⁶. Além disso, ocorreu no dia 17 (dezessete) de outubro de 2022 a participação de alguns servidores no curso oferecido pelo TCEES de nome “Organização e Controle dos RPPS”.

No dia 17 de novembro foi organizado pelo IPC o Seminário "Relevância dos Aspectos Previdenciários e Financeiros para o Servidor". O evento aconteceu no Centro Cultural Frei Civitella, em Campo Grande.

Nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2023, os diretores Presidente e Previdenciário do IPC, acompanhados de 02 servidores, participaram do curso “Comprev na Prática” organizado pela ABIPEM (Associação Brasileira de Instituições de Previdência) em parceria com a ACIP (Associação Capixaba dos Institutos de Previdência)⁹⁷.

No dia 04 de julho de 2023 o servidor Jhawa compareceu ao evento “ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR A META ATUARIAL”, realizado no auditório da PREVES.

Participação de servidoras e Diretores no 22º Congresso Nacional de Previdência da Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (Aneprem), realizado entre os dias 11 e 13 de setembro⁹⁸.

Participação, em outubro de 2023, de diretores e servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica (IPC) no III Encontro Previdenciário da Associação Capixaba dos Institutos de Previdência (ACIP)⁹⁹.

Participação da Diretora-Presidente no “IV Encontro ACIP – Desafios na Gestão para 2024” nos dias 06 (seis) e 07 (sete) de dezembro de 2023¹⁰⁰.

O IPC realizou, no dia 13 (treze) de dezembro, o IV Seminário Previdenciário, que contou com o apoio da ABCPREV Gestão e Formação Previdenciárias e

⁹⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/22/servidores-participam-de-capitacao-sobre-controle-interno>

⁹⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/163/diretores-e-servidores-do-ipc-participam-do-curso-comprev-na-pratica>

⁹⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/229/diretores-e-servidoras-do-ipc-participam-de-congresso-da-aneprem>

⁹⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/238/diretoria-e-servidores-participam-de-iii-encontro-previdenciario-da-acip>

¹⁰⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/250/diretora-presidente-participa-de-iv-encontro-da-acip>

teve como palestrante o servidor licenciado do Ministério de Previdência, Leonardo Motta. Ele foi o responsável por ministrar os temas apresentados no encontro: "A Emenda Constitucional nº 103 de 2019 e as regras de aposentadorias e pensão por morte em Cariacica" e "Atualizações da compensação previdenciária e a gestão dos prazos de análise e prescrição"¹⁰¹.

- Programa de Educação Previdenciária que sistematize as ações realizadas e a realizar (planejamento, público-alvo, mecanismos de capacitação permanente): Disponível no site do IPC em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/13>.

4.2 Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade

As ações de diálogo com os segurados e a sociedade deverão contemplar, conforme o nível de certificação:

- a) Elaboração de cartilhas, informativos ou programas dirigidos aos segurados que contemplem os conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários, que deverá ser disponibilizada em meio impresso ou digital e ou no site do RPPS.
- b) Realização de pelo menos uma audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.
- c) Seminários dirigidos aos segurados, com conhecimentos básicos sobre as regras de acesso aos benefícios previdenciários.
- d) Ações preparatórias para a aposentadoria com os segurados.
- e) Ações de conscientização sobre a vida após a aposentadoria e o envelhecimento ativo com os segurados.

Situação encontrada

¹⁰¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/251/iv-seminario-previdenciario-destaca-ec-103-e-comprev>

Há a elaboração da Cartilha Financeira¹⁰² (objetivo principal de orientar o público, em especial os servidores ativos e inativos do Município de Cariacica, em relação ao tema ‘Educação Financeira’, mostrando a importância das práticas de planejamento financeiro individual e familiar) e Previdenciária¹⁰³ (objetivo de possibilitar aos servidores públicos, titulares de cargos de provimento efetivo, o conhecimento sobre as regras estabelecidas no Regime Próprio de Previdência, e também apresentar as principais informações e procedimentos relacionados à Perícia Médica).

Em relação à realização de pelo menos uma audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial, em 2023 ela ocorreu em 11 (onze) de abril¹⁰⁴.

No dia 17 de novembro de 2022 foi organizado pelo IPC o Seminário "Relevância dos Aspectos Previdenciários e Financeiros para o Servidor". O evento aconteceu no Centro Cultural Frei Civitella, em Campo Grande¹⁰⁵.

No dia 09 de março de 2023 aposentados participaram da palestra “Políticas Públicas Voltadas para a Mulher” no auditório do IPC, ministrada pela secretária de Assistência Social, Danyelle de Souza Lirio¹⁰⁶.

No dia 09 de maio de 2023, foi realizada uma homenagem ao Dia das Mães - com música, mensagens e distribuição de bombons - para as mães que estavam aguardando atendimento no Setor de Perícia Médica¹⁰⁷.

Uma rodada de palestras foi preparada pelo Setor de Serviço Social do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica (IPC) especialmente para as mulheres no mês de agosto de 2023. As assistentes sociais do IPC, Lígia Borges Silva e Erika Pereira Costa Vassoler,

¹⁰² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/16>

¹⁰³ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/pagina/view/17>

¹⁰⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/177/ipc-realiza-audiencia-publica-para-prestacao-de-contas-2>

¹⁰⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/148/seminario-debate-reforma-previdenciaria-e-planejamento-financeiro-2>

¹⁰⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/172/aposentadas-participam-de-palestra-politicas-publicas-voltadas-para-a-mulher>

¹⁰⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/190/emocao-e-lagrimas-em-homenagem-ao-dia-das-maes>

realizaram três encontros: dia 11, com as servidoras do IPC; dia 16, com as funcionárias da Clínica Inovar, em Campo Grande; e dia 23, na Unidade Básica de Saúde Joaquim Lovatti, em Morada de Santa Fé.

No dia 25 de agosto de 2023, foi ministrada pelo gerente geral de Distribuição de Produtos de Investimento e Custódia do Banestes, Glaucio Tovar Almeida, e o gerente de Investimentos do Banestes, José Elpidio Junior, a palestra “Educação Financeira”¹⁰⁸.

Em outubro de 2023, foi realizada a palestra “Outubro Rosa” no auditório do IPC, conduzida pela enfermeira da área técnica em Saúde da Mulher, da Secretaria Municipal de Saúde, Rita Cristina Silva do Nascimento¹⁰⁹.

No mês de novembro de 2023 ocorreu a palestra “Novembro Azul” com técnicos da Secretaria Municipal de Saúde (Semus) sobre saúde do homem no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica (IPC)¹¹⁰.

Dia de Lazer dos Aposentados no dia 22 de novembro de 2023¹¹¹.

No dia 08 de março de 2024, foi reproduzido o filme “Legalmente loira” no auditório do IPC, em homenagem ao dia internacional da Mulher. Estiveram presentes servidoras e beneficiárias do Instituto¹¹².

O site do IPC divulga frequentemente recomendações sobre a vida após a aposentadoria e o envelhecimento ativo com os segurados, como:

- “Agosto Lilás: mês de enfrentamento à violência contra a mulher” (publicação em 07 de agosto de 2023)¹¹³;
- Prevenção ao suicídio no Setembro Amarelo (publicação em 14 de

¹⁰⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/226/a-importancia-da-educacao-financeira-em-nossa-vida>

¹⁰⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/236/outubro-rosa-prevencao-cuidado-com-a-saude-e-autoconhecimento>

¹¹⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/244/palestra-novembro-azul-lembrar-a-importancia-do-cuidado-com-a-saude-do-homem>

¹¹¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/247/dia-de-lazer-dos-aposentados-e-pura-diversao>

¹¹² Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/265/cinema-para-elas-no-dia-internacional-da-mulher>

¹¹³ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/218/agosto-lilas-mes-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher>

setembro de 2023)¹¹⁴;

- Especialista realiza live para servidores sobre Saúde Mental no Trabalho (publicação em 20 de setembro de 2023)¹¹⁵;
- “Alergias respiratórias aumentam no inverno” (publicação em 20 de junho de 2023)¹¹⁶;
- “Cariacica 133 anos: animação e muita dança marcaram o 1º Arraiá da Pessoa Idosa da cidade” (beneficiários foram convidados para o evento que ocorreu em junho de 2023)¹¹⁷;
- Junho Violeta: mês de combate à violência contra o idoso (publicação em 06 de junho de 2023)¹¹⁸;
- Cada corpo envelhece de um jeito (publicação em 03 de abril de 2023)¹¹⁹.
- 5 dicas de como manter a vida saudável após os 60 anos (publicação em 02 de janeiro de 2024)¹²⁰
- Saiba quais são os direitos de quem tem mais de 60 anos (publicação em 22 de janeiro de 2024)¹²¹

No entanto, atualmente, em decorrência do período eleitoral, as notícias estão suspensas.

5. CONCLUSÃO

De acordo com o Manual do Pró-Gestão RPPS Versão 3.5 (fl. 14), até o exercício de 2024, a

¹¹⁴ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/230/prevencao-ao-suicidio-no-setembro-amarelo>

¹¹⁵ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/232/especialista-realiza-live-para-servidores-sobre-saude-mental-no-trabalho>

¹¹⁶ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/207/alergias-respiratorias-aumentam-no-inverno>

¹¹⁷ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/206/cariacica-133-anos-animacao-e-muita-danca-marcaram-o-1-arraia-da-pessoa-idosa-da-cidade>

¹¹⁸ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/202/junho-violeta-mes-de-combate-a-violencia-contra-o-idoso>

¹¹⁹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/175/cada-corpo-envelhece-de-um-jeito>

¹²⁰ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/253/5-dicas-de-como-manter-a-vida-saudavel-apos-os-60-anos>

¹²¹ Disponível em <https://www.ipccariacica.es.gov.br/noticia/view/255/saiba-quais-sao-os-direitos-de-quem-tem-mais-de-60-anos>

certificação poderá ser obtida se atendidos cumulativamente os seguintes critérios:

- a) Para certificação no Nível III será exigido o atingimento de pelo menos 21 ações (87%);
- b) Para os níveis I, II e III, deverão ser atingidas pelo menos 50% das ações em cada dimensão (3 em Controles Internos; 8 em Governança Corporativa e 1 em Educação Previdenciária);
- c) Para todos os níveis deverão ser atingidas as ações essenciais: na Dimensão do Controle Interno (Estrutura de Controle Interno e Gestão e Controle da Base de Dados); na Dimensão da Governança (Planejamento e Transparência); e na Dimensão da Educação Previdenciária (Ações e Diálogo com a Sociedade).

De acordo com a análise realizada, segue tabela para verificação do cumprimento das porcentagens:

NÍVEL III - DIMENSÃO	Total de Requisitos	Deverão ser atingidas pelo menos 50% das ações em cada dimensão	Total de Requisitos atendidos pelo RPPS¹²²	Percentual de Atingimento	Resultado
Controle Interno	06	03	06	100%	Atingido
Governança Corporativa	16	08	15	93,75%	Atingido
Educação Previdenciária	02	01	02	100%	Atingido
Total	24	--	23, exigido o atingimento de 21 ações	100%, exigido o atingimento de 87% ¹²³	Atingido

O primeiro requisito da Dimensão Controle Interno é o Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS, que teve seu cumprimento efetivado em uma porcentagem de 83%, haja vista que, dos 6 pontos de mapeamento, cinco foram cumpridos;

¹²² Como o Manual Pró-Gestão RPPS é omissivo no tocante ao percentual que deve ser atingido dentro de cada requisito para que este seja computado, esta Controladoria optou por considerar que o cumprimento igual ou superior a 75% de cada requisito conta como pontuação completa.

¹²³ Os requisitos do Controle Interno representam 25% do total de 24; já aqueles da Governança Corporativa representam 66,66% e, por fim, os da Educação Previdenciária representam 8,33%.

O segundo requisito da Dimensão Controle Interno é a Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS, que repetiu o desempenho do primeiro requisito: 83%;

O terceiro requisito da Dimensão Controle Interno é a Certificação dos Dirigentes, Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos, que atingiu 100% de conformidade;

O quarto requisito da Dimensão Controle Interno é a Estrutura do Controle Interno, com atingimento de 100% da meta;

O quinto requisito da Dimensão Controle Interno é Política de Segurança da Informação, com 100% de cumprimento.

O sexto e último requisito da Dimensão Controle Interno é Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, também com 100% de cumprimento.

O primeiro requisito da Dimensão Governança Corporativa é o Relatório de Governança Corporativa, que foi atendido;

O segundo requisito da Dimensão Governança Corporativa é o Planejamento, com atingimento de 0% da meta;

O terceiro requisito da Dimensão Governança Corporativa é o Relatório de Gestão Atuarial. O Relatório de Gestão Atuarial-Base 2023 foi encontrado. O Estudo Técnico de Aderência de 2021, podendo então ser considerado o atingimento de 100% do ponto;

O quarto requisito da Dimensão Governança Corporativa é o Código de Ética da Instituição, com 100% de cumprimento;

O quinto requisito da Dimensão Governança Corporativa são as Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor, possuindo cinco alíneas. No geral, houve o atingimento de 100% do requisito;

O sexto requisito da Dimensão Governança Corporativa são as Políticas de Investimento, com percentual de 100%;

O sétimo requisito da Dimensão Governança Corporativa é o Comitê de Investimento, com 100% de atingimento;

O oitavo requisito da Dimensão Governança Corporativa é a Transparência, cujos elementos estavam presentes em aproximadamente 80% dos casos ali elencados;

O nono requisito da Dimensão Governança Corporativa é a Definição de Limites de Alçadas e teve 100% de cumprimento;

O décimo requisito da Dimensão Governança Corporativa é a Segregação das atividades, também com 100% de cumprimento;

O décimo primeiro requisito da Dimensão Governança Corporativa é Ouvidoria, que atingiu seu objetivo em sua totalidade;

O décimo segundo requisito da Dimensão Governança Corporativa é Diretoria Executiva, com 100% de cumprimento;

O décimo terceiro requisito da Dimensão Governança Corporativa é Conselho Fiscal, com 100% de atingimento;

O décimo quarto requisito da Dimensão Governança Corporativa é Conselho Deliberativo, com 100% de atingimento;

O décimo quinto requisito da Dimensão Governança Corporativa é Mandato, Representação e Recondução, com pontuação de 100%;

O décimo sexto e último requisito da Dimensão Governança Corporativa é Gestão de Pessoas, com 100% de desempenho.

O primeiro requisito da Dimensão Educação Previdenciária é o Plano de Ação de Capacitação, com 100% de atingimento;

O segundo e último requisito da Dimensão Educação Previdenciária são as Ações de Diálogo com os segurados e a sociedade, que também cumpriu o requerido.

Considerando o desempenho geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica, foram atingidos os requisitos para a manutenção no Nível III Pró-Gestão RPPS.

6. RECOMENDAÇÕES

Feitas as devidas análises de evidências, apurações, identificação de achados e conclusões de acordo com os requisitos de ceticismo e julgamento profissionais, seguem as recomendações a respeito do preenchimento de requisitos para o Nível III do programa Pró-Gestão RPPS:

- ITEM 2.1 e 2.2 - Seja feito o mapeamento e a manualização do Atendimento (atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico e ouvidoria);
- ITEM 2.1 e 2.2 - Sejam atualizadas a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-B/2014 e a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SPP-03-A/2014 conforme observação feita no Relatório Trimestral do Controle Interno referente ao 4º Trimestre de 2023;
- ITEM 2.1 e 2.2 – Sejam atualizadas a INSTRUÇÃO NORMATIVA SPP nº 05-A/2021 e a INSTRUÇÃO NORMATIVA SPP nº 05-B/2021, conforme observação feita neste Relatório;
- ITEM 3.2 - Seja divulgado o Planejamento Estratégico referente aos anos de 2024-2028;
- ITEM 3.5 - Sejam disponibilizadas algumas PPP's feitas no segundo trimestre de 2024 como forma de amostragem para configuração de prova;

- ITEM 3.8 - Sejam atualizadas no site a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

Cariacica, 21 de agosto de 2024.

RAISSA MOMBRINI PORTELA MILFONT
Controladora Interna Previdenciária do IPC